



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS- FAJS
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DISCIPLINA: Monografia III

POLLIANA SILVA

**COOPERAÇÃO BRASIL E NORUEGA EM MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DA REDE DE SEMENTES DO
XINGU**

BRASÍLIA – DF

2017



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS- FAJS
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DISCIPLINA: Monografia III

POLLIANA SILVA

**COOPERAÇÃO BRASIL E NORUEGA EM MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DA REDE DE SEMENTES DO
XINGU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais do UniCEUB,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Aline Josiane Sapiezinskas Kras
Borges Canani

BRASÍLIA – DF

2017

POLLIANA SILVA

**COOPERAÇÃO BRASIL E NORUEGA EM MEIO AMBIENTE E A
SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DA REDE DE SEMENTES DO
XINGU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais do UniCEUB,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Prof.^a Aline Josiane Sapiezinskas Kras
Borges Canani

Brasília, ____ de _____ de ____.

Banca Examinadora:

Aline Josiane Sapiezinskas Kras Borges Canani

Luciano Da Rosa Munoz

Professor Avaliador

Carlos Canesin

Professor Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus que sempre iluminou os meus caminhos na vida. Agradeço, a minha querida e amada mãe, Laurinda, minha heroína, que sempre me auxiliou e apoiou nos meus momentos mais difíceis. À minha filha, Luna, que se foi para o céu, mas mesmo com a distância física, me condicionou a acreditar em mim e me deu sabedoria e conforto nos momentos mais difíceis. À meus amados filhos Victoria e Davi que tanto amo e que são o que de mais valiosos há na minha vida e que me apoiaram nessa caminhada. Ao meu pai, que durante toda minha vida, me amou e me deu segurança. Levou-me a valorizar todos os momentos que passamos juntos e me fizeram ser quem sou e ao qual tenho certeza que me acompanha de perto, e torce por mim. Agradeço, especialmente, a minha irmã, Beatriz que sempre investiu em mim e me apoio sempre. Agradeço ao meu irmão Fagner por ser alguém que sempre me inspirou a ser uma pessoa melhor, pois tem um coração de ouro e é um das melhores pessoas que conheço. Agradeço ao meu marido e parceiro Ney por me apoiar e incentivar nos meus objetivos. Agradeço a todos os meus amigos, que me auxiliaram e motivaram durante todo o percurso, especialmente a Alice, Sabrina, Amanda, Nayume, Rosangela, que foram anjos enviados na minha vida e que levarei para a vida, agradeço também Kamilla, Sergio, Barbara e minhas tias queridas Dora e Luciene e meus primos.

À minha orientadora Aline, que me incentivou, dando apoio e me encorajando nos momentos difíceis, além de sempre me conceber palavras de otimismo e carinho e ao qual sou muito agradecida, agradeço muito toda a ajuda e atenção que recebi do professor João Paulo, que me ajudou nos momentos que mais estava preocupada e perdida. Agradeço ao professor Cláudio Ferreira que foi essencial para minha motivação e futuro acadêmico. Agradeço com muito carinho ao meu primeiro orientador, Gabriel Fonteles, que foi aquele que me influenciou e me motivou com o curso e o tema desse trabalho, e na escolha das áreas que posso investir, sendo fonte de minha admiração. Além disso, agradeço a Rede de Sementes do Xingu, por toda ajuda e atenção que me foi prestada e espero ter levado o verdadeiro significado da RSX, ao qual tanto me apaixonei. Com o apoio de todos, familiares, amigos, colegas e professores que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia eu lhes agradeço.

RESUMO

O Meio Ambiente é um dos principais temas das discussões entre Estados, Sociedade Civil e ONGs no século XXI, dentro da preocupação com o esgotamento dos recursos naturais. A forma como o meio ambiente é impactado pela atividade humana inspira políticas voltadas para a preservação e fiscalização, bem como o monitoramento das práticas. O objetivo do presente trabalho é mostrar como o desenvolvimento sustentável, através de reflorestamento ambiental pode suavizar os impactos ambientais. Será analisado o projeto da Rede de Sementes do Xingu, como projeto de cooperação financeira internacional, no âmbito do Fundo Amazônia. O estudo de caso envolve a cooperação entre povos indígenas, pequenos produtores, ribeirinhos, o Instituto Socioambiental, o Fundo Amazônia e os demais financiadores do projeto. Os resultados mostram ganhos importantes no reflorestamento da Bacia do Alto Xingu.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Preservação. Desenvolvimento Sustentável. Cooperação. Reflorestamento. Bacia do Alto Xingu.

ABSTRACT

The Environment is one of the main themes of the discussions between States, Civil Society and NGOs in the XXI century, within the concern with the exhaustion of natural resources. The way the environment is impacted by human activity ins CAMPOS policies focused on preservation and enforcement, as well as monitoring practices. The objective of the present work is to show how sustainable development, through environmental reforestation can soften the environmental impacts. The project of the Xingu Seed Network will be analyzed, as a project of international financial cooperation, under the Amazon Fund. The case study involves cooperation between indigenous peoples, small producers, riparians, the Socio-environmental Institute, the Amazon Fund and other project sponsors. The results show important gains in the reforestation of the Upper Xingu Basin.

Key words: Environment. Preservation. Sustainable Development. Cooperation. Reforestation. Xingu Basin.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| APPs | Áreas de Preservação Permanente do Solo |
| ANSA | Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção |
| ATV | Associação Terra Viva |
| AIMCI | Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng |
| ATIX | Associação Terra Indígena Xingu |
| ACNUR | Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados |
| BIRD | Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento |
| BID | Banco Mundial |
| CID | Cooperação Para o Desenvolvimento |
| CMED | Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento |
| CNUMAD | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| ECOSOC | Conselho Econômico e Social das Nações Unidas |
| EDF | <i>Environmental Development Fund</i> |
| ESALQ | Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz |
| FAO | Organização para Agricultura e Alimentação |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| ISA | Instituto Socioambiental |
| INPE | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais |
| NORAD | Agência Norueguesa de Cooperação |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho (OIT) |
| OECE | Organização para a Cooperação Econômica |
| OCDE | Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |

| | |
|--------|--|
| OI's | Organizações Internacionais |
| ONGs | Organizações Não Governamentais |
| ONUDI | Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial |
| OPAN | Operação Amazônia Nativa (OPAN) |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PNUMA | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| RSX | Rede de Sementes do Xingu |
| SEMA | Secretaria Especial de Meio Ambiente |
| UNEMAT | Universidade do Estado do Mato Grosso |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UFSCAR | Universidade Federal de São Carlos |
| UNCTAD | Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento |
| WCFSDA | Comissão Mundial sobre Florestas e Desenvolvimento |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Objetivos do projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu apoiados pelo Fundo Amazônia. | 56 |
| Figura 2 - Núcleo de Coletores..... | 59 |
| Figura 3 - Coletores e sementes | 60 |
| Figura 4 - Funcionamento da Rede..... | 63 |
| Figura 5 - Parceiros e Apoiadores do Projeto..... | 66 |
| Figura 6 - Recursos gerados e Quantidade comercializada..... | 67 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO 1 – TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 13 |
| 1.1 Neoliberalismo..... | 13 |
| 1.2 Poder e Interdependência | 16 |
| 1.3 Globalização | 18 |
| 1.4 Sociedade em Rede..... | 24 |
| 1.5 Redes Transnacionais | 28 |
| 1.6 Rede de Meio Ambiente e Sustentabilidade | 31 |
| CAPÍTULO 2 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL | 36 |
| 2.1 Cooperação para o desenvolvimento..... | 41 |
| 2.2 Motivações e interesses ao CID..... | 44 |
| 2.3 Cooperação em matéria ambiental | 45 |
| 2.4 Cooperação Brasil e Noruega para o desenvolvimento ambiental e sustentabilidade | 48 |
| CAPÍTULO 3 - ASSOCIAÇÃO REDE DE SEMENTES DO XINGU | 54 |
| 3.1 Y Ikatu Xingu..... | 54 |
| 3.2 Os Agentes de cooperação..... | 57 |
| 3.3 Sementes | 60 |
| 3.4 Principais financiadores e apoiadores da ARSX..... | 63 |
| 3.5 Objetivos alcançados | 67 |
| CONCLUSÃO | 68 |
| BIBLIOGRAFIA | 71 |

INTRODUÇÃO

Quando se fala de povos indígenas no Brasil, se tem uma ideia de que por ter direitos positivados na constituição brasileira, estes direitos estariam assegurados. A realidade se mostra diferente, já que milhares de indígenas perdem não só sua terra por direito, como o seu valor originário e sua essência cultural e social. A temática indígena, em diferentes fases históricas é discutida no Brasil e no mundo. E o Brasil, sendo o país mais influente da América Latina, seu comportamento em relação às etnias indígenas é de suma importância. Os grupos indígenas demonstram preocupação com as medidas e tomadas de decisões do governo brasileiro. Para as comunidades indígenas, questões importantes de cidadania, direitos humanos e, na atualidade, agregados ao desenvolvimento sustentável, são demandadas e tem muita importância em nossa política social, econômica e cultural.

Com base nisso é importante elucidar a importância dos povos indígenas que vivem há milhares de anos nas florestas e rios e fazem o papel de cuidar e desenvolver esse território. Ações de cooperação com propósitos de reflorestamento e desenvolvimento sustentável vão ganhando terreno com a iniciativa de ONGs. As ONGs que evoluem para transformações no contexto de multitemas, multiatores e multifacetados. Portanto, colocam-se como importantes no processo de levar as demandas da sociedade civil à agenda internacional.

O presente trabalho pretende analisar como o tema de meio ambiente e sustentabilidade é relevante aos estudos de relações internacionais e da sociedade civil que fazem parte de uma rede de cooperação, ressaltando como toda herança dos recursos naturais de toda a nação brasileira está se perdendo. O caso prático deste trabalho levanta iniciativas como a da Rede de Sementes do Xingu (RSX), para ir de antemão ao pressuposto desenvolvimentista brasileiro. A RSX que vai através da cooperação internacional entre os povos indígenas brasileiros, ONGs, sociedade civil e outros Estados como o Reino da Noruega, que levam iniciativas engajadas como reflorestamento e desenvolvimento sustentável a diferentes perspectivas na agenda internacional.

A presente Monografia tem como objeto a Cooperação entre o Estado da Noruega com ações através das ONGs brasileiras e a Rede de Sementes do Xingu, com os propósitos ao meio ambiente, em que os princípios de reflorestamento e sustentabilidade ao ambiente no Alto do Xingu são o objetivo da cooperação. Em suma o objetivo deste trabalho é esclarecer que a sociedade civil, da qual faz parte os povos indígenas, expande sua preocupação com questões ambientais para o desenvolvimento sustentável ao se organizar em sociedade civil e ressaltar seu engajamento em diferentes temas, tais como: questões culturais, demarcação de terras e direitos humanos. Elementos inerentes ao meio ambiente são levados como princípios relevantes para a preservação e cooperação entre outros atores. Com essas parcerias pode-se gerar uma rede própria de cooperação entre multiatores, como Estados, ONGs e sociedade civil.

A relevância da cooperação está agregada às transformações nas constantes interações de novos atores. Estes atores que fazem a ligação em um mundo globalizado e de inovações sociais, políticas e tecnológicas. Os novos atores que tendem a participar de outras redes transnacionais de conhecimento e valores compartilhados entre si. Sendo de benefício para esses atores que fazem uso dos mecanismos para a rede de sementes ao qual fazem parte povos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores e toda uma equipe técnica das organizações responsáveis, seus financiadores e apoiadores, que se articulam e promovem uma nova maneira de pensar dessa sociedade existente.

A hipótese levantada no presente trabalho é o impacto das ações e iniciativas ao Meio Ambiente em prol da preservação do *habitat* onde vivem esses povos, não só indígenas, mas por pequenos produtores e ribeirinhos do Alto do Xingu. Dessa forma a cooperação financeira, que encontra soluções e iniciativas transformação para essa sociedade vencendo os obstáculos da soberania estatal, podendo conter os procedimentos de crescimento de cooperação internacional como o foco no meio ambiente. Além disso, busca-se responder como a Rede de sementes do Xingu se utiliza de seus objetivos e metas para alcançar seus objetivos com resultados oportunos e para uma expansão ainda maior da rede. Analisam-se também quais as contribuições dessa cooperação entre os principais envolvidos no caso prático do Xingu, podem redefinir um novo aspecto prático de apoio e ação para a prerrogativa de sustentabilidade tão empregada ao mundo na atualidade.

Para tanto, principia-se, no capítulo 1^a com a apresentação dos conceitos de globalização, sociedade em rede, as redes transnacionais e redes de meio ambiente que se mesclam e se interligam com a teoria liberal das RI e o caso prático do presente trabalho sendo a Associação Rede de Sementes do Xingu. Estes estando equiparados pelas relações de diversos atores e temáticas como meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Dentre os condicionantes apresentados serão a cooperação, no capítulo 2, tratando de apresentar a lógica da cooperação e mostrando sua importância nos estudos de RI, além de apresentar de forma breve seus principais atores e condicionantes, os motivos e interesses que estão ligados ao caso prático e os referenciais de cooperação ao meio ambiente de suma relevância ao trabalho, para se fazer a ARSX e todos os envolvidos.

No Capítulo 3, são abordados o contexto histórico, principais objetivos e a estrutura geral da rede do caso prático escolhido, sendo a Rede de Sementes do Xingu e suas preponderâncias de importância ao tema escolhido. Para tanto, nesse capítulo, se faz uma apresentação de uma da rede como de importância não só para o Brasil ou mesmo essa sociedade civil envolvida no projeto que tornam a preocupação com o Meio Ambiente e o Desenvolvimento sustentável a um nível de ação prática de destaque.

A metodologia utilizada durante o presente trabalho consiste em pesquisas bibliográficas, análise descritiva, descrição do Estudo de caso ao qual foram utilizados notícias do site via internet da Rede de Sementes do Xingu e os boletins informativos da mesma. Porém se utilizou uma prévia de diálogo via e-mails com os coordenadores do projeto do Instituto Socioambiental responsáveis pela Rede de sementes do Xingu.

Portanto, o presente trabalho observa que a cooperação internacional, globalização e a sociedade civil correlacionada na ARSX, ligam-se no campo dos estudos das Relações Internacionais caracterizadas por cooperação Multilateral, compreendido por transformações com o surgimento de novos atores e pautas como Direitos Humanos, Meio Ambientes e a Autodeterminação Dos Povos no mundo. Ressalta-se que com essa maior integração da sociedade civil e ONGs com a cooperação, almeja-se uma interligação ao desenvolvimento ou em prol do meio ambiente.

CAPÍTULO 1 – TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1.1 Neoliberalismo

A importância de estudar as teorias de relações internacionais nos leva a pensar na realidade em que vivemos, pois, dessa forma é possível correlacionar a teoria com a realidade ou problemas do cotidiano. Consequentemente, o estudo das teorias é relevante e detêm determinadas definições e múltiplas correntes diversificadas. O mundo que nos é mostrado é sem fronteiras e sem barreiras, onde tudo é possível e está em constantes transformações no cenário internacional. Os Estados movem-se uns aos outros, utilizando outros atores como ONGs, Empresas e os movimentos sociais. A teoria em análise tem como pressupostos as transformações ocorridas no sistema internacional, portanto, pressupõe também um novo ordenamento e regras inerentes aos desafios da globalização. Ressalta-se que com o surgimento de novos atores, os temas na agenda passam por mudanças.

A teoria nos permite a realidade vivida e assim analisar todos os fatores visíveis e os invisíveis ao qual todo estudioso de relações internacionais deve se ater. Das teorias mais conhecidas e usadas nos estudos de RI, são o realismo e o idealismo.

A corrente realista não esclarece a proposta da presente monografia, dado que a corrente teórica do realismo não considera outros atores importantes ao sistema internacional, sendo o Estado o único ator de relevância. Logo, o Liberalismo se sobrepõe ao idealismo de Saint-Pierre e Immanuel Kant. As Correntes teóricas passam por períodos de transformações na compreensão da realidade, que vão se moldando com o tempo e os períodos ao qual o mundo transita. Portanto, não cabe neste trabalho expor outras correntes teóricas, mas se valer das perspectivas do neoliberalismo que melhor se encaixa nos temas do presente trabalho.

Entretanto, o Neoliberalismo pode versar que outros atores não estatais, tais como Organizações Internacionais, ONGs, Sociedade Civil, Grupos de Direitos Humanos e Meio Ambiente, entre outros, podem ser atores relevantes para o sistema internacional, os quais serão abordados ao longo da presente monografia. Além disso, essa maior pluralidade de temas e atores originam outras questões para a discussão como a cooperação, um condicionante importante para se explicar o porquê da cooperação para outras esferas, além da econômica ou a ajuda mútua entre os Estados (VIOTTI; KAUPPI, 2012).

The liberal image of international relations is a large, seemingly all-inclusive tent—not just states, but also international and nongovernmental organizations and the often cross-cutting networks that connect them. With liberal lenses firmly in place, the focus may be on democratic peace theory, integration, interdependence, regime theory, neoliberal institutionalism, or the ways and means of global governance (VIOTTI; KAUPPI, 2012, p. 129)

Assim, o liberalismo aceita outros atores e observa que estes são importantes. Dessa forma, toma como foco a interdependência, as instituições, a democracia, os meios de governança global e a cooperação internacional. Portanto, para o tema abordado na presente monografia, o liberalismo é a teoria que melhor ressalta a importância do sistema internacional, amparado pelo Neoliberalismo na contemporaneidade (VIOTTI; KAUPPI, 2012, p. 132). A globalização para a corrente teórica Neoliberal interliga esses atores entre si.

Essa intensa atividade da globalização faz com que esses atores ampliem suas ligações políticas, sociais e culturais com os demais num conceito de transnacional. Os novos atores tomam importância na agenda do sistema internacional, já que para os liberais essa agenda política internacional é extensa. “Os atores, estatais ou não, podem agir transnacionalmente podendo colaborar com os jogos de forma positiva, visando estabilizar, através das instituições internacionais, padrões de conduta que formam ao longo dos acontecimentos” (FREIRE, 2012, n.p.). Além disso, outros temas além da segurança militar consistem de certa relevância no cenário internacional (VIOTTI; KAUPPI, 2012, p. 130).

Após a Segunda Guerra Mundial, o liberalismo passou por três frentes de análise para abordar as mudanças e problemáticas daquele período. É o liberalismo da interdependência que dá ênfase a dependência mútua entre Estados e outros

atores, o liberalismo sociológico que foca nas relações transnacionais e o liberalismo institucional que envolve o papel das organizações e instituições.

The liberal rejects the notion that the agenda of international politics is dominated only by military-security issues. The distinction between high and low politics is falsely drawn. Economic, social, and environmental issues also matter. Sometimes they also can be understood as security issues in their own right, perhaps even more salient than other military-related security matters (VIOTTI; KAUPPI, 2012. p. 130).

Outro ponto importante, o qual os neoliberais expõem considerações importantes e, sendo de valor ao trabalho é o papel das instituições nas relações entre nações e as questões da agenda política internacional. O papel das instituições é foco, principalmente na interdependência. Dado que as instituições são criadas de forma racional para abarcar os interesses e regras padrão aos Estados e assim detém certa importância. Diante disso, podemos compreender que os liberais valorizam a participação de outros atores e temas, consideram a colaboração e a cooperação um fator importante e, mesmo o crescimento da globalização, da governança global e do progresso são méritos (JACKSON, SORENSEN, 2016, p. 131)

[...] O progresso para os liberais é sempre para os indivíduos, isto é: a preocupação central do liberalismo é a felicidade e a satisfação dos seres humanos. Os liberais argumentam que a modernização é um processo que requer progresso na maioria das áreas e amplia o campo de ação através das fronteiras internacionais. O progresso significa uma vida melhor para, no mínimo, a maioria dos indivíduos. À medida que eles utilizam mais a razão nas questões internacionais, as chances de cooperação aumentam [...] (JACKSON; SORENSEN, 2016, p. 154).

Dessa forma, esse argumento de progresso pode estar intercorrelacionado na essência de desenvolvimento econômico e na própria identidade da cooperação para o desenvolvimento, o qual pode-se observar mais adiante do capítulo 2 sobre cooperação. Porém, outra consideração seria que o neoliberalismo possui muitas variedades em sua totalidade teórica. Os principais autores do liberalismo não originaram dos estudos de Relações Internacionais, mas da economia, das ciências políticas e sociais, dentre outros. Abancando uma imersa compreensão para diferentes questões das RI's, tais como cooperação, interdependência, redes transnacionais, instituições, meio ambiente e outros. Esses temas que podem nos

dar uma melhor abrangência da pluralidade de multiatores e temas no mundo pós Segunda Guerra Mundial.

1.2 Poder e Interdependência

No período da década de 60 e 70 a teoria realista passou por críticas às suas perspectivas analíticas. Em contrapartida, outras teorias surgiram para melhor elucidar novos aspectos de multiatores e temas. Dentre os enfoques teóricos sobre cooperação internacional nas relações internacionais, a interdependência se destaca.

A resposta apropriada às mudanças ocorridas na política mundial contemporânea não é desacreditar o conhecimento tradicional do realismo e suas preocupações com relação à balança de poder militar, mas compreender suas limitações e complementá-las com perspectivas da abordagem liberal. (NYE JR, 1990, p. 177 apud SØRENSEN, 2016, p.165).

Dentro dos estudos do liberalismo a interdependência estaria no principal argumento da nova ordem global do mundo para seus principais autores liberais. O liberalismo da interdependência seria utilizado para entender o desenvolvimento do tema e conceitos que serão abordados neste trabalho. A interdependência surge em meio a essas mudanças de paradigmas e procura esclarecer essa gama de temáticas e atores ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os autores Keohane e Nye Jr. (1984) buscam levantar soluções para as problemáticas que surgem no sistema internacional, não sendo possível para esses autores usarem o realismo para explicar essa nova configuração da estrutura do cenário internacional. Eles argumentam que após esse período de conflitos, ocorreu uma dependência mútua entre os Estados, Sociedade Civil, ONGs e Empresas multinacionais. Além disso, essa interdependência para os autores levaria a uma maior cooperação e harmonia nas relações entre Estados.

Contrapondo-se às teorias realistas e liberais, os autores são chamados de transnacionalistas, levantam perspectivas relevantes, sendo elas, além da economia, as telecomunicações, os fluxos de pessoas e o surgimento de novos atores não estatais, algumas das transformações vividas naquele período. Assim, os

autores apresentam o conceito de Poder e Interdependência, logo no início do capítulo, e esclarecem que vivemos em uma interdependência. Ou seja, numa dependência mútua, que vai refletir e analisar as transformações, conceitos, instituições e novos atores que surgem nas relações internacionais que, longe de ser esclarecidos, levantam muita reflexão e observam que a globalização tem considerações importantes que vão de pressupostos ao aumento da área de informação e sua rápida expansão, juntamente com o aumento das tecnologias.

Diante disso, para os autores, a interdependência interfere na política internacional na qual são observadas as ações dos Estados e agentes na atividade política. Os Estados são aqueles que, com regras e regulamentos são responsáveis de controlar as relações transnacionais e interestatais. Estas relações são fundamentadas no discurso constantemente usado pelos realistas sobre segurança internacional e utilizadas pelos Estados para reforçar a estrutura econômica, militar, e política.

Essa retórica fornece a base para levar a cooperação internacional entre as nações e assim levam alianças e ajuda de cunho militar e mesmo humanitário na atualidade. Os autores observam “o enfraquecimento no discurso de segurança e logo das relações de poder” (KEOHANE; NYE JR., 1984, p. 6-8). Isso pode ser percebido no desempenho dos Estados Unidos no Vietnã e mesmo na melhor relação entre Estados Unidos, China e Rússia.

“Although the connotations of interdependence rhetoric may seem quite different from those of national security symbolism each has often been used to legitimize, American presidential leadership in world affairs” (KEOHANE; NYE JR., 1984, p. 6-7).

Fortalecendo para os autores a interdependência e a expandindo cada vez mais, ela seria colocada como solução para os conflitos de interesses e a cooperação viria com a finalidade de resolução das mazelas do sistema internacional. Portanto, essas percepções não seriam confiáveis para os problemas existentes na interdependência, esta que geraria de certa forma

In common parlance, dependence means a state of being determined or significantly affected by external forces. Interdependence, most simply

defined, means mutual dependence. Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries (KEOHANE; NYE JR., 1984, p. 8)

O que geraria entre Estados e agentes, efeitos externos que se intensificariam ainda mais. Para os autores, não bastaria apenas uma interação entre os estados e agentes para caracterizar interdependência, mas que essa dinâmica de relações fosse caracterizada por custos de constrangimento. Concluem em defesa de que com essa relação de custos, se teria uma restrição na autonomia dos atores envolvidos na interdependência.

A teoria neoliberal é a que melhor coube na abordagem multifacetada entre os Atores e temas das relações internacionais na nova ordem da sociedade internacional a partir dos anos 60. Cabendo essa teoria condicionar todos os elementos trabalhados nesse trabalho como a globalização, sociedade em rede, redes transnacionais, redes de meio ambiente e de sustentabilidade e a cooperação que é a condutora para a cooperação em toda a estrutura da Rede de Sementes do Xingu.

1.3 Globalização

“ Numa época de mudanças globais profundas e inquietantes, na qual as ideologias tradicionais e as teorias grandiosas parecem ter pouco a oferecer ao mundo, a ideia da globalização adquiriu a aura de um novo paradigma” (HELD; MCGREW, 2001, p. 7).

Com essa frase observamos que no estudo das Relações Internacionais a globalização é um condicionante determinante para novas transformações no mundo pós-conflito. A mudança de paradigmas e a inserção de novos atores como ONGs, Sociedade Civil e os variados temas tais como Políticas sociais, Culturais, Direitos Humanos, Meio ambiente e Povos indígenas agregados às questões ambientais, levaram ao cenário internacional uma nova configuração, assim havendo um crescimento de inclusão de novos temas e atores que ganham espaço em

discussões importantes da agenda internacional, em decorrência da preocupação dos Estados ao final da Segunda Guerra Mundial.

Portanto, para o trabalho aqui proposto, é importante ressaltar como os povos indígenas no cenário internacional evoluíram e podem, por vezes, agregar valor, interligados à cooperação internacional e ao desenvolvimento. Além disso, nota-se que por vezes os povos indígenas são associados às questões ambientais, em que esses atores fazem parte do caso prático aqui exposto no capítulo 3. Diante disso, as nações acreditam que são os povos indígenas os guardiões naturais das florestas, rios e todo ambiente da mãe terra.

Tais contribuições são feitas por ONGs e Instituições que advogam para as causas indígenas com ênfase no meio ambiente e na demarcação de terras indígenas na Amazônia. Com objetivos muitas vezes ligados aos recursos naturais e com a constante preocupação das nações com a capacidade do homem de fazer uma melhor utilização de seus recursos naturais, cabe esclarecer os pressupostos usados para encontrar soluções aos desafios do meio ambiente, que se torna cada vez mais pauta de discussões nas agendas dos Estados soberanos, temas que são amparados pela globalização e sua evolução.

Os autores Held e McGrew (2001), fazem considerações importantes acerca do conceito de globalização. Tendo em vista que a origem da globalização remete aos séculos XIX e XX, observados nos trabalhos de estudiosos e sociólogos que acompanhavam a modernidade através revolução industrial e outros. Mas, apenas nos anos 60 e 70 que a globalização tomou parte dos estudos para se explicar a expansão de tecnologias, interdependência política e econômica. Assim, os autores argumentam que a globalização é um conceito novo que foi se intensificando ao longo dos anos até os dias de hoje.

Além disso, estão ligados aos conceitos de espaço tempo, fluxos de comércio, expansão de tecnologias, as migrações de pessoas e outros aspectos, tornando-se importantes, tais como as línguas faladas, religiões, fronteiras, regras e padrões estabelecidos na economia e no comércio, destacados com o surgimento da OMC, e na própria inter-relação entre todas as nações e indivíduos do mundo.

Mas o conceito de globalização denota muito mais do que a ampliação de relações e atividades sociais atravessando regiões e fronteiras. É que ele sugere uma magnitude ou intensidade crescente de fluxos globais, de tal forma que Estados e sociedades ficam cada vez mais enredados em sistemas mundiais e redes de interação (HELD; MCGREW, 2001, p.3).

O fenômeno da globalização pode ter impacto local e se expandir ao global, ou o local ter significado importante no global. Observando que isso possibilita que várias sociedades tenham interação entre si e com o mundo em geral, destacado pelo uso da internet que pode levar informações de outras nações em questões de segundos. Para os autores, corre-se o risco ao abarcar tudo desde mercados financeiros à internet, destacando pouca compreensão à condição humana. Diante disso, a globalização utiliza de elementos do nosso tempo vivido para se expandir para outros temas e condicionantes, como os autores colocam;

“[...] É que, num mundo mais interdependente, os acontecimentos mundiais no exterior iam rapidamente surtindo impacto internamente, enquanto os acontecimentos do país tinham consequências externas [...]” (HELD; MCGREW, 2001, p.8).

Dessa forma, a globalização vai muito além de apenas uma mudança nas relações entre Estados e sociedade ou mesmo na intensidade tecnológicas ou comerciais. Considera-se um fenômeno que tem a capacidade de aumentar as redes de interação e os fluxos globais em escala regional e intercontinental para todos os envolvidos presentes nessa rede de interação. Mas essa intensidade do fenômeno da globalização e como influencia as ações e organizações sociais de maneira global não deve ser entendida como uma previsibilidade para uma sociedade mundial equilibrada e harmônica ou mesmo uma aproximação com diferentes culturas e civilizações sem incidentes os divergências.

[...] Em termos simples, a globalização denota a escala crescente, a magnitude progressiva, a aceleração e o aprofundamento do impacto dos fluxos e padrões inter-regionais de interação social. Refere-se a uma mudança ou transformação na escala da organização social que liga comunidades distantes e amplia o alcance das relações de poder nas grandes regiões e continentes do mundo [...] (HELD; MCGREW, 2001, p. 13).

Portanto, a globalização tende a aumentar ainda mais as disparidades no mundo, tais como os conflitos, a xenofobia e a divisão das sociedades. Em que mesmo com mudanças e maior alcance no mundo, nem todos passam pelo processo de globalização. Basicamente, muitos não colhem dos seus benefícios e leva a desigualdade da globalização, não sendo de total alcance universal. O conceito de globalização é visto de modos distintos para diferentes teóricos. Os céticos observam que o conceito de globalização tende a ter uma visão errônea de global, ou seja, uma economia global, sociedade global e mesmo uma cultura global não sendo universal, faltando clareza na interpretação do fenômeno. Em contrapartida, o conceito se mostra complicado, dado que a globalização se mostra ainda mais ampla em toda sua totalidade. Os argumentos entre globalistas, céticos e críticos usam maneiras diferentes de observar o conceito de globalização.

Os céticos entendem que por não ter referências claras, como seria possível referenciar o internacional e o transnacional, pois se torna amplo o conceito de globalização. Além disso, os céticos observam que a globalização pode ser uma construção ideológica. Os críticos globalistas se opõem à essa construção ideológica, em contrapartida concordam que o discurso da globalização possa abarcar os interesses sociais dos Estados poderosos. Com base nesse pensamento, os críticos globalistas observam que o apogeu das tendências contemporâneas poderia se comparar à globalização na época de 1890 1914 por historiadores econômicos, exemplificados com o crescente aumento de multinacionais no mundo, nos mercados financeiros, na difusão da cultura popular e na relevância do meio ambiente global. Contudo, os céticos e alguns críticos utilizam de estudos estatísticos para esclarecer a verdade do conceito de globalização.

[...] Em vez de globalização, os céticos concluem que uma conceituação mais válida das tendências atuais seria captada pelos termos “internacionalização” — isto é, laços crescentes entre economias ou sociedades nacionais essencialmente distintas — e “regionalização” ou “triadização” — o agrupamento geográfico de trocas econômicas e sociais transfronteiriças [...] (RUIGROK e TULDER, 1995; THOMPSON, 1998a; WEISS, 1998; HIRST e THOMPSON, 1999).

Os termos acima estariam ligados a um argumento de continuidade de território, das fronteiras e dos governos locais e nacionais. Na distribuição e localização do poder, da produção e da riqueza na ordem mundial contemporânea

(HELD; MCGREW, 2001, p. 15). Em suma o conceito de globalização pode ser compreendido de diferentes maneiras para se conceituá-lo, não cabendo uma definição em totalidade. Tanto para os céticos e críticos o mais importante é compreender que é necessário analisar os métodos de pesquisas para formular suas percepções sobre o conceito de globalização que melhor esclarecerá para cada um destes. Para isso, o conceito de globalização é necessário para os Estados e os políticos, que utilizam como mecanismo para dar maior legitimidade para concepções ao mercado global. Na percepção dos globalistas, que descartam o conceito de construção da globalização para o imperialismo ocidental. De tal maneira que não excluem que a globalizam sirva para os interesses dos Estados, mas que em sua essência leva uma transformação na estrutura da organização social.

[...] Isso se evidencia, entre outras manifestações, pelo crescimento das empresas multinacionais, pelos mercados financeiros mundiais, pela difusão o da cultura popular e pelo destaque dado à degradação ambiental do planeta[...] (HELD; MCGREW, 2001, p. 15)

Observando que não apenas na esfera econômica seria possível determinar a influência do fenômeno da globalização, perceber se que a lógica da globalização apenas a esfera econômica seria equivocado. O que para os globalistas seria equiparável as outras esferas na organização social e que compreende a globalização relacionar para todos os campos e esferas da estrutura social, política, econômica, militar ou cultural. Essas observações não assumem que essas esferas de tal modo possam reproduzir padrões de cada uma numa possível troca e admitindo que se tem uma diferenciação entre essas esferas. Os globalistas procuram determinar as diferenças de redes e sistemas globais em outros sentidos tais como local ou nacional. Essa identificação levam a globalização para que se materialize em escala inter-regional ou intercontinental.

[...] Entretanto, a relação entre globalização e essas outras escalas da organização social não é tipicamente concebida em termos hierárquicos ou contraditórios. Ao contrário, as inter-relações entre essas escalas diferentes são consideradas fluidas e dinâmicas [...] (HELD; MCGREW, 2001, p. 19).

Em decorrência disso, a globalização para os globalistas não poderia ser entendida como apenas uma determinação as novas tecnologias ou questões

econômicas. Sendo considerados influências de forças múltiplas de cunho social, políticos ou econômicos, não tendo um padrão definido. Diante disso, a globalização condiciona os velhos padrões e ordenamento social, ultrapassando além para um novo ordenamento e configuração do cenário global (HELD; MCGREW, 2001, p. 22).

Além disso, o autor Santos (2002) levanta considerações importantes sobre o conceito de globalização, embora argumente que no período do fim da década de 60, às atividades transnacionais se intensificaram no comércio, no sistema financeiro e na disseminação das informações. O autor entende que as interações transfronteiriças levam à uma ruptura, denominando a Globalização, que levanta tais definições acerca da globalização no pensamento de Giddens (apud SANTOS, 2002, p. 26)

Com "a intensificação das relações sociais mundiais que ligam locais distantes de tal forma que os acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitas milhas de distância e vice-versa" e acusa os sociólogos de um apego indevido à ideia de "sociedade" como um Sistema fechado (1990, p. 64).

Portanto o fenômeno dos processos de globalização é multifacetados, nas esferas sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas ambas interligadas. Além disso, influenciam as desigualdades de países ricos e pobres, as questões ambientais, migrações, guerras civis entre outros aspectos. As características da dominação "da globalização são não só um processo linear, mas que detém consenso. Essa afirmação se mostra falsa, mas mesmo sendo falsa se mostra mais adiante verdadeira, pois demonstra ser também dominante" (SANTOS, 2002, p. 27). Tendo em vista que a globalização não é consensual e sim tema de amplo debate, cheio de divergências e conflitos, de tal modo que:

[...] É, como veremos, um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas (SANTOS, 2002, p. 27).

Essa afirmação confere que mesmo com divisões no campo hegemônico eles atuam em consenso por seus respectivos membros e acabam por legitimar estas ações, sendo caracterizados pelos componentes descritivo e prescritivo, todos

amparados por consenso ao qual são denominados por Consenso Neoliberal ou Consenso de Washington. Além disso, nem todas as esferas podem ser englobadas nesses componentes, pois os grupos sociais obtêm suas próprias características diferenciadas de cada um. Diante disso, inúmeros estudiosos do fenômeno deram suas contribuições a respeito do tema globalização e, nota-se que o conceito de globalização tende a ser compreendido de diferentes maneiras pela mais variada gama de estudiosos, não cabendo assim apenas uma definição definitiva e coesa, pois mesmo a globalização levanta novas estruturas, define e reconfigura outros.

1.4 Sociedade em Rede

[...] A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. A história da Internet fornece- nos amplas evidências de que os utilizadores, particularmente os primeiros milhares, foram, em grande medida, os produtores dessa tecnologia [...] (CASTELLS, 2005, p.17).

A epígrafe acima demonstra que o mundo passa por modificações e se moldam em uma nova sociedade. Evidenciados pela globalização e a intensa atividade tecnológica que formam novas diretrizes para uma sociedade em rede. Em ocorrência da globalização surgem mudanças em todos os âmbitos nacional e internacional. Influenciando os indivíduos seja na esfera política, econômica, cultural e social. Dessa forma a tecnologia impacta nos padrões e condutas compartilhadas por um grupo de indivíduos. Mas cabe a sociedade determinar a tecnologia e difundir os padrões destes. A sociedade em rede pode se manifestar em diferentes esferas, tais como nas instituições, na trajetória histórica de cada sociedade ou mesmo na cultura (CASTELLS, 2005, p.17).

A partir das redes globais essa sociedade é capaz de ir além de suas fronteiras digitais e geográficas e levar a outros padrões para uma sociedade em rede. De tal maneira que essa comunicação passa por todos os âmbitos da atividade humana, desde redes globais de serviços, culturais, de capitais e de informação. Diante disso, essa definição nos aproxima da globalização que também é difundida pela sociedade e estão interligadas com todos os fatores apresentados. Assim essa

sociedade em rede pode viajar entre as redes globais, mas que infelizmente nem todos podem fazer uso dela. Por certo, algumas sociedades permanecem à margem dessas sociedades em rede de compartilhamento desigual (CASTELLS, 2005, p. 17). Mas o importante da sociedade em rede não é entender seu surgimento e sim que através das redes globais de comunicação utilizam meios de realizar seus objetivos e valores. Ao utilizar a internet como ferramenta de transformação na estrutura social da sociedade em rede.

[...] É por isso que difundir a Internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente grandes mudanças sociais. Isso depende de onde, por quem e para que são usadas as tecnologias de comunicação e informação. O que nós sabemos é que esse paradigma tecnológico tem capacidades de *performance* superiores em relação aos anteriores sistemas tecnológicos. Mas para saber utilizá-lo no melhor do seu potencial, e de acordo com os projetos e as decisões de cada sociedade, precisamos de conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede [...] (CASTELLS, ANO, p. 18).

Contudo essa sociedade em rede também há de produzir uma tensão. Essa tensão pode ser provocada por uma enorme quantidade de novas tecnologias que ocasionam informações desconexas com a intensidade da internet, as tecnologias que podem ser utilizadas e desenvolvidas para uma exclusão social dos indivíduos. Outro fato dessa tensão pode ser observado na disfunção das tecnologias para fins militares que favorecem nações em prol do conflito e mesmo a segurança e privacidade do indivíduo. A sociedade em rede colhe frutos, mais deles se tem as mazelas como a propagação ideológica, religiosa, cultural e estrutural da vida humana. Além disso, aumenta ainda mais a desigualdade entre homens, pois outros aspectos podem ocorrer um estremecimento da sociedade em si.

[...] A rede é a estrutura formal (vide Monge e Contractor, 2004). É um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria. As redes são estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objetivos de *performance* para a rede. Estes programas são decididos socialmente fora da rede mas a partir do momento em que são inscritos na lógica da rede, a rede vai seguir eficientemente essas instruções, acrescentando, apagando e reconfigurando, até que um novo programa substitua ou modifique os códigos que comandam esse sistema operativo [...] (CASTELLS, ANO, p. 19).

De tal forma que essa mesma sociedade em rede de fluxos globais levam a uma intensidade de tais desigualdades, propiciando ainda mais preocupação no que tange na atualidade na disseminação do terrorismo através das redes globais para fins políticos e religiosos de diferentes grupos. Porém ela determina a criatividade da humanidade nas artes, música, pintura e todas as formas de expressões culturais na contemporaneidade ao levar e transpor alguém de suas divisas fronteiriças. Portanto a tecnologia implica uma condição para explicar diretrizes distintas na estrutura da organização social da sociedade e levam a um maior arcabouço de temas, informações, cultura, economia e política a nível mundial.

[...] Nosso mundo, e nossa vida, vem sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede [...] (CASTELLS, 1999, p. 19).

Na concepção do autor David Harvey (1992, p. 237), essas trocas de ideias, costumes, condutas ou regras influenciam os indivíduos na formação de uma sociedade unitária e uma global que partilhem além de seus já estabelecidos costumes, tendo influência direta em fatores externos como crises políticas, culturais ou econômicas. Essa afirmação é exemplificada na maturidade do capitalismo ao qual o autor faz considerações sobre a formação de uma sociedade universal de capitais.

Com a globalização se tem uma maior intensidade da propagação das informações, assim a internet, as mídias digitais, ou seja, todos os meios de comunicação passam a ter forte conexão com os indivíduos e o mundo e que vivem. Observa-se que com essa maior conectividade entre os indivíduos, maior é a intensidade que se viaja uma informação e um maior aumento de troca nas relações culturais, religiosas, políticas e econômicas.

“ A crise de 1847-1848 criou uma crise de representação, que está proveio de um reajuste radical do sentido de tempo e espaço na vida econômica, política e cultural” (HARVEY, 1992, p. 237).

[...] A expansão de redes de estradas de ferro, acompanhada do advento do telégrafo, do desenvolvimento da navegação a vapor, da construção do Canal de Suez, dos primórdios da comunicação pelo rádio e da viagem com

bicicletas e automóveis no final do século, mudou o sentido do tempo e do espaço de maneiras radicais [...] (HARVEY, 1992, p. 240).

A globalização e a informatização tomam cada vez mais espaço entre os indivíduos em suas atividades de interação com o mundo globalizado, ocorrendo, por vezes, a privação de capacidade produtiva, comunicativa e criativa sobre a própria identidade (CASTELLS, 1999, p.22). Essa expansão, como colocado, levou à transformações importantes na esfera cultural com os trabalhos modernistas, nas inovações do transporte e das comunicações, ocasionando assim novos parâmetros de cultura para a época.

[...] Todas essas transformações criaram uma crise de representação. Nem a literatura nem a arte podiam evitar a questão do internacionalismo, da sincronia, da temporalidade insegura e da tensão, no âmbito da medida dominante de valor, entre o sistema financeiro e sua base monetária ou tangível [...] (FEATHERSTONE, 1995, p. 238).

As tecnologias são de importância para a relação entre os Estados, indivíduos, ONGs e empresas, pois toda sociedade utiliza-se das tecnologias no seu cotidiano. Assim como colocado por Mike Featherstone (1995), que argumenta que todas as pessoas no mundo compartilhem de algumas características, apenas algumas outras podem ser compartilhadas por uma minoria de outras pessoas. Assim muitas vezes essa sociedade detém certa cultura compartilhada entre ambos os indivíduos.

Diante disso, muitas dessas sociedades que não são beneficiadas por essa estrutura, hoje podem utilizar a sociedade em rede para levar conhecimento e objetivos e, corroboram para suas causas como as organizações não governamentais ambientais. Essas organizações se utilizam dessa sociedade em rede interligada às tecnologias, ora para advogarem em prol das suas demandas ou mesmo na crítica do uso dessa percepção de poder que as redes globais de tecnologias detêm sobre a sociedade e nos seus indivíduos.

1.5 Redes Transnacionais

A sociedade em rede, como já mencionado, pode representar uma maior disfunção para causas e condutas compartilhadas entre diferentes sociedades. Essas redes que compõem a sociedade civil organizada podem levar a concessão de informações em questão de segundos. Os Estados cada vez mais se preocupam com as demandas internacionais, que podem, de acordo, com seus interesses serem benéficos para o âmbito nacional. Dessa maneira, é imprescindível que como tomadores de decisões possam ligar o nacional e o internacional (HAAS, 1992). Os Estados se adaptam na política externa e interna de suas agendas em referência às demandas das organizações não governamentais, dos movimentos sociais e da própria sociedade civil organizada, que intercede para os temas e questões que, por vezes, podem ir contra os interesses estatais. Cabendo a importância de ser usar essa ferramenta como uma ponte entre o nacional e internacional e impactar as ações nacionais.

[...] Recognizing that human agency lies at the interstices between systemic conditions, knowledge, and national actions, we offer an approach that examines the role that networks of knowledge - based experts - epistemic communities - play in articulating the cause -and effect relationships of complex problems, helping states identify their interests, framing the issues for collective debate, proposing specific policies, and identifying salient points for negotiation [...] (HAAS, 1992, p. 3).

Assim, para considerar a respeito das redes transnacionais é necessário falar das Organizações Não Governamentais (ONGs) que exercem papel mais que relevante nas redes transnacionais. Os movimentos sociais tiveram uma expansão a partir da década de 60 e 70, com temáticas voltadas para o meio ambiente, nas doenças como AIDS e HIV, questões feministas, terrorismo, direitos humanos, entre outros. Dessa maneira, as ONGs exercem poder de levar tais questões para um âmbito de discussão entre Estados e a sociedade. Embora muitas das ONGs possam ter uma limitação perante seu Estado, ocasionando que ações de cunho local se desenvolvam para uma interligação com o global e levando a pressão por partes de outras sociedades e Estados.

[...] As ONGs atuam enquanto mediadoras relevantes entre a sociedade civil e o Estado, num cenário onde três tendências principais dos processos de globalização do mundo convivem e geram tensões entre si: uma de homogeneização da cultura, outra de difusão de culturas regionais e locais, resultando na hibridização da globalização, e uma terceira de reações fundamentalistas e/ou de reafirmação de indigeníssimos culturais. Como caracterizar os processos de identificação coletiva destes atores, e os formatos organizativos de que se valem neste cenário, são questões ainda pouco aprofundadas pelas ciências humanas [...] (SHERER-WARREN-WARREN, 1996).

As ONGs são atores não estatais e ganharam força nas perspectivas neoliberais com as instituições, como um ator consultivo das demandas da sociedade civil. Abrange uma diversidade de temas e múltiplos atores para o sistema internacional, com iniciativas em vários níveis de necessidade dessa sociedade de indivíduos, seja em prol ao meio ambiente, direitos humanos, direitos das crianças e adolescentes, questões de gênero, entre outros.

Constituem interação cada vez maior com o uso de ferramentas tecnológicas para o alcance de suas necessidades relacionando redes locais e globais de alcance universal. Assim se fortalece essas ações dessas sociedades em escalas locais e vão tomando proporção global ainda mais intensa nos dias atuais devido à Internet. Isso demonstra que uma ação pode gerar proporções impactantes em todos os âmbitos da política mundial.

[...] Todavia, é interessante observar que as redes sociais, construídas através de interações personalizadas, também desempenham um papel importante na atuação política das ONGs mesmo nos espaços translocais e transnacionais; bem como as redes de comunicação informatizadas, cada vez mais passam a ser um instrumental para as ações políticas locais [...] (SHERER-WARREN-WARREN, 1996, p. 4).

O crescimento das ONGs ao longo dos anos aumentou em deferência a ampliação da democracia amparada pela ONU na década de 90. Além disso, a partir desse período assumem-se mais atribuições referentes a comunicar e formar redes entre si e expandindo aos outros grupos da sociedade, ocasionando uma maior influência nas políticas nacionais e internacionais (MINGST, 2009). Os temas abordados pelas ONGs ao longo do tempo demonstra que são temas aos quais os Estados já não podem solucionar por si apenas. Demandas como a disseminação de doenças como AIDS/HIV em países subdesenvolvidos, desmatamento das florestas ou poluição de rios que podem implicar na qualidade de vida de

determinados indivíduos e a privação de Direitos Humanos a alguns indivíduos ou sociedades e etc.

Cabe assim nas ações das ONGs uma cooperação transnacional e até mesmo intergovernamental para advogar e levar as necessidades da sociedade civil ao nível da agenda da política internacional. Algumas dessas questões são consideradas uma questão de sociedade global que remete uma maior cooperação entre os atores do sistema internacional (MINGST, 2009, p. 192).

As ONGs promovem palcos de discussões para uma diversidade de temas e assim proporcionam aos outros representantes uma maior ferramenta para propiciar redes e coalizões sobre os assuntos que advogam, mas também se faz uma conexão de pressão aos Estados. Diante disso, outra consideração é que as ONGs contribuíram ainda mais para a disseminação de causa importantes no mundo, amparadas pela globalização das tecnologias e informação.

[...] Por fim, a revolução nas comunicações também explica em parte a ascensão das ONGs. Começando pelo fax, seguido pela internet e pelo e-mail, Facebook e Twitter, as ONGs tornaram-se capazes de comunicar com seus públicos centrais, montar coalizões com outros grupos de mentalidade similar e angariar apoio maciço [...] (MINGST, 2009, p. 193).

A propagação das informações e do uso da tecnologia beneficia as ONGs. O uso desses mecanismos possibilita exercer amplitude nas suas causas e contabilizar maior influência sobre as ações dos Estados, seja por sensibilidade ou vulnerabilidade de cada questão advogada por elas em favor da sociedade ou grupo de indivíduos. Portanto as ONGs desempenham o papel e funções em diferentes frentes, mobilizando públicos de massas como o *Greenpeace*, que prioriza a vida marinha e seu ecossistema por meio de leis internacionais. Além disso, se desenvolvem para a ajuda aos refugiados e outros tantos temas e questões como: a Anistia Internacional que tem a função de resguardar os Direitos Humanos a todos os indivíduos; os Médicos Sem Fronteiras que desempenham função de levar ajuda aos povos mais necessitados e carentes do mínimo de qualidade de vida e social (MINGST, 2009, p. 194).

Diante disso, essas ONGs são transnacionais, pois advogam em favor de não apenas um grupo de indivíduos, mas da sociedade civil global e de diversos temas decorrentes de debate na agenda política internacional. Os temas mais discutidos e tratados são Direitos Humanos, Meio Ambiente, Fome, Agressão contra grupos de vulneráveis como crianças, adolescentes e mulheres. As ONGs são importantes tomadoras de base para os debates entre sociedades e Estados, são responsáveis ao induzirem à uma negociação questões que precisam de auxílio e soluções com a maior participação de todos os atores do Sistema Internacional.

1.6 Rede de Meio Ambiente e Sustentabilidade

No início dos séculos XX muitas iniciativas surgem para conter a exploração acentuada ao Meio Ambiente no mundo. Pensando nisso as inúmeras tentativas de ligação entre políticas nacionais e internacionais para frear a devastação de tais ambientes se fizeram cada vez mais perceptíveis na agenda mundial entre os Estados. Sucederam muitas tentativas a esse respeito que datam desde 1900, nos primórdios da caça esportiva pleiteada pelos colonizadores, principalmente em países africanos. Levando à destruição de todo um ecossistema de animais, principalmente dos elefantes com seus chifres de marfim valiosos ou as peles de animais, consideradas um bem cobiçado. Assim foi gerada a Convenção para a Preservação de Animais para resguardar os animais da caça. A convenção estipulou um calendário de caça para os países colonizadores, mas ao longo do tempo surgiram outras iniciativas semelhantes como a Convenção para a Proteção dos Pássaros Úteis à Agricultura, que teve a assinatura de 12 países europeus, não tendo bons resultados já que a nação hegemônica da época, a Inglaterra, não assinou a convenção (RIBEIRO, 2001, p. 176).

No começo da década de 60 no mundo se tem o crescimento da temática ambiental por movimentos sociais ambientais. Assim ocorreram outras iniciativas de maior impacto amparadas pela ONU em um contexto internacional entre os agentes internacionais. Diante disso, essas iniciativas intergovernamentais estarão melhor esclarecidas no capítulo 2 de cooperação ao Meio Ambiente. Cabendo aqui uma associação contextual das redes transnacionais ao meio ambiente. Dessa forma,

com a maior conscientização da sociedade no que se refere aos recursos naturais da terra e à devastação ocasionada pela intensa atividade capitalista do homem, ligado ao crescimento de movimentos, formam base para a proteção e preservação do meio ambiente (CASTELLS, 1999, p. 141-168).

Contudo, o fato de que todas essas questões, e muitas outras, estão sendo debatidas pela opinião pública, e de que uma conscientização cada vez maior vem se estabelecendo a partir do caráter global e interdependente de tais questões, acaba lançando as bases para sua abordagem e, talvez, para uma reorientação das instituições e políticas no sentido de um sistema socioeconômico responsável do ponto de vista ambiental. O movimento ambientalista multifacetado que surgiu a partir do final dos anos 60 na maior parte do mundo, principalmente nos Estados Unidos e norte da Europa, encontra-se, em grande medida, no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economias, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura (CASTELLS, 1999, p. 142).

Dessa forma, os múltiplos grupos ambientalistas se tomam de uma variedade de características distintas. O que é evidente é a capacidade desses movimentos em se adaptar as mudanças tecnológicas e fazer uso desta para mobilizar todos os tomadores de decisões de políticas globais ao meio ambiente. Portanto, essas redes transnacionais tais como a Preservação da natureza (Grupo dos Dez), Política verde (Die Grunen), *Save the Planet (Greenpeace)* entre outras, mesmo diferenciadas promoveram na década de 60 e 70 ações de proteção e preservação ao meio ambiente e muitas ainda perduram até os dias de hoje como o Greenpeace (CASTELLS, 1999, p. 161). As redes transnacionais tomam força e reforçam sua atuação como atores não estatais influenciadores de ações, que promovem uma maior apreensão com os bens e recursos naturais do mundo.

A crescente abordagem de que os recursos e a dependência humana podem acarretar um colapso de danos irreversíveis ao meio ambiente se intensifica. Dado que a percepção de que os recursos podem ser esgotáveis, se praticando uma maior abertura para os debates entre os Estados e os movimentos ambientais. Nesse sentido, quando falamos sobre a preservação de ações no âmbito global, devemos colocar os recursos nas discussões como ponto focal das redes. Assim, os recursos já estavam nos debates de bens coletivos, com a perspectiva de Adam Smith em sua obra “a riqueza das nações” que por ventura argumentava que os interesses dos indivíduos deviam ser alocados para o bem coletivo, em que os

recursos e bens vistos como finitos poderiam ser melhor alocados para benefícios mútuos coletivamente. E o conceito da mão invisível seria responsável de regular os benefícios desses bens compartilhados (MINGST, 2009, p. 322).

A crença na oferta infinita de recursos naturais nada teve de desarrazoado ao longo da maior parte da história humana, em que os povos migravam para terras desabitadas ou apenas escassamente ocupadas. A negociação de recursos naturais tornou-se um dos pilares da atividade econômica quando pessoas reconhecem que sua distribuição não se dava de maneira uniforme (MINGST, 2009, p. 322).

Além disso, essa perspectiva perdeu força, pois se observou que uma vez esgotado, tal recurso não poderia voltar a ser utilizado, caso do petróleo. Logo depois, tais pensamentos se voltaram para alocar soluções para a utilização de tais recursos de forma responsável ou no seu uso, de forma a manter um menor impacto ao meio ambiente, embora na atualidade se tenha uma conscientização sobre os recursos naturais como fonte imprescindível aos Estados e seus indivíduos.

Vandana Shiva¹ argumenta que logo depois do período da revolução industrial e do colonialismo, os Estados alocam seus recursos para o desenvolvimento econômico como matéria prima para se desenvolverem. Que por anos passou a ser o pressuposto utilizado pelas potências ao desenvolvimento. Com a entrada da globalização, passa-se a ter uma maior percepção de que os bens comuns são finitos e podem ocorrer impactos importantes a todo meio ambiente. Dessa forma uma maior consciência coletiva dominaria, sem, infelizmente, resultados, já que por vezes era impedida de ser primária nas discussões internacionais aos interesses ocultos dos Estados e Multinacionais. Isto ocasiona um dualismo entre natureza e seres humanos, como colocado pela autora que “a natureza tinha que ser desenvolvida pelos seres humanos, esses também teriam que ser desenvolvidos, ou seja, teriam que sair do estado primitivo e atrasados em que viviam em união com a natureza (SACHS, 2000).

De acordo com muitas críticas, a sustentabilidade encontra dificuldades para se desenvolver, já que o homem danificou a estrutura de recursos de tal maneira

¹ **Vandana Shiva** é uma ecofeminista indiana, conferencista do **Fronteiras POA**, discute a história da ecologia e fala sobre o que considera o maior desafio para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio 20).

sendo irreversível qualquer ação sustentável que possa ajudar o meio ambiente. Essa visão pessimista de alguns estudiosos vai de encontro ao pensamento de que se dá pra se usar os recursos e preservar ao mesmo tempo em que se utilizam destes. Outras prerrogativas que se notam são a atribuição de sustentabilidade aos limites naturais da natureza e aos limites ao desenvolvimento. Diante disso, por vezes, podem ter em sua essência uma reorganização do conceito original de sustentabilidade em prol da acumulação de capitais com o intuito da produção industrial e tiram o foco principal da sustentabilidade (SHIVA apud SACHS, 2000, p. 314).

O conceito original se refere à capacidade que a natureza tem de dar sustento à vida. A Sustentabilidade da natureza implica manter a integridade dos processos, ciclos e ritmos naturais. Envolve reconhecer que a crise da sustentabilidade é uma crise cuja as raízes são a negligência das necessidades e processos da natureza e o dano causado à sua capacidade de "ressurgir". Em um mundo finito, ecologicamente interligado e limitado pela entropia, é essencial que sejam também respeitadas os limites da natureza; limites esses que não podem ser simplesmente determinados pelos caprichos e conveniência do capital e das forças do mercado, seja qual for a eficácia das tecnologias que esses últimos convocam para auxiliá-los (SACHS, 2000, p.315).

Além disso, tanto Organizações Governamentais e Não Governamentais, advogam por uma maior cooperação global aos recursos e ao meio ambiente em geral, voltada para a temática de preservação ambiental com relevantes conferências para tais debates no âmbito global. O que se mostra de certa forma um desafio para a atualidade é justamente se fazer positivar e customizar tais condutas pelas nações em presença de seus interesses nacionais.

Portanto, essas redes transnacionais de meio ambiente e de sustentabilidade são pilares basilares de ligação entre todos os indivíduos, ocasionando uma maior participação e vigília da sociedade civil. A ferramenta das redes sociais usadas para disseminar ações coletivas e debates transnacionais, o que direciona as condutas que tendem a ir contra os pressupostos de preservação ao meio ambiente e a qualidade de vida de todo o ecossistema. Para tanto, ao concluir esse tópico, as redes transnacionais surgem em todo o globo como prerrogativa à proteção ambiental e sustentabilidade. Uma das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável ao qual podemos observar no caso prático brasileiro é a ARSX que

conta com a cooperação de multiatores em defesa ao reflorestamento ambiental da área onde vivem e da inclusão econômica sustentável.

CAPÍTULO 2 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

No âmbito de Relações Internacionais, muito se discute sobre cooperação. O pensamento de que os Estados cooperavam por uma necessidade de estabilidade ao sistema e de interesses próprio foi, por muito tempo, o princípio que muitos teóricos observaram em seus estudos. A cooperação internacional vai surgir, ora em excesso a um período de paz ou quando o sistema passa por crises de cunho econômico, social e principalmente de segurança.

A cooperação e sua essência logo se moldam e, na Pax Britânica podemos observar que decorrido o fim das guerras napoleônicas, se tem uma interação para cooperar. A cooperação se voltava, nesse período, às atividades econômicas e ocasionalmente quando ocorriam conflitos. Essas alianças eram feitas para se garantir certa estabilidade, principalmente na economia. As alianças eram presentes nessas relações ao qual observa Joseph NYE JR (2009, pag.82), “que os acordos formais e informais que os Estados soberanos fazem uns com os outros, são para assegurar sua segurança mútua”.

Essa perspectiva tradicional da negociação também pode ser observada na definição clássica de Cooperação Internacional (CI), uma sub-área das Relações Internacionais. “International Cooperation” é definida como “the mutual adjustment of government policies through a process of policy coordination.” Definição semelhante pode ser encontrada no Dictionnaire de la terminologie du droit international, publicado sob o patrocínio da União Acadêmica Internacional, no verbete “Coopération”: “A ação de trabalhar conjuntamente com outros [...]. Na expressão cooperação internacional, esse termo visa, em geral, à ação coordenada de dois ou mais Estados, com vistas a atingir resultados por eles julgados desejáveis; p. ex.: cooperação internacional em matéria fiscal” (CAMPOS, 2005.pag 134).

As alianças passam por transformações e levam a uma maior cooperação entre os Estados no período entre guerras, em deferência ao equilíbrio de poder, no fim do primeiro maior conflito bélico entre nações a Primeira Guerra Mundial. Podemos observar nos 14 pontos de Woodrow Wilson que, por conseguinte originou a Liga das Nações em 1919, uma iniciativa de cooperação entre os membros. A Liga das Nações foi uma iniciativa de institucionalizar a cooperação entre potências, com finalidade ao respeito mútuo e de condicionalidade para se assegurar a paz. Em

contrapartida, com um crescimento da industrialização e a tecnologia militar em expansão, a cooperação leva os Estados à interação para outros temas. Com o fracasso da Liga, ocasionado por uma Segunda Guerra Mundial de proporções devastadoras, os Estados ficaram fragilizados e, com propósitos econômicos e geopolíticos, criaram a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945.

Os Estados também podem aliar-se por razões não militares. Conforme já mencionado, a ideologia costuma aproximar os estados, muito embora também possa causar conflitos. As preocupações econômicas podem ser outra razão para uma aliança, especialmente nas regiões do mundo moderno em que as preocupações militares estão perdendo força (NYE JR, 2009, p. 85).

A Carta das Nações Unidas foi equiparada na Conferência de São Francisco que estabeleceu a Organização das Nações Unidas (ONU), com propósitos de manutenção da paz, segurança mundial, promoção dos direitos humanos, desenvolvimento econômico e social, indo além para a proteção ao meio ambiente, ajuda humanitária, desastres naturais e conflitos armados. Dessa forma, em sua introdução, a cooperação entre os membros é um dos princípios que detém importância para se manter a paz e segurança internacional. Além disso, a cooperação para o desenvolvimento do Direito internacional, Político, Social, Econômico, Cultural e outros, ocasionam uma maior abertura para uma diversidade de temas (BRASIL, 1945).

Compreendendo uma nova configuração, no que tange a cooperação internacional no propósito ao desenvolvimento das agendas na política externa dos Estados, com a inclusão de novos atores se perpetuariam de certa relevância. Para a disseminação em caráter universal, a ONU tem papel proeminente de incentivar e ajudar através das Conferências em prol do desenvolvimento entre as nações. A questão de desenvolvimento social não se estabeleceu até os anos 60 em ocorrência da descolonização, que tendia importância para o período, ocasionada logo com a criação do ECOSOC.

No artigo 1º da Carta, propugna que as Nações Unidas deverão lutar para “conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua e religião (SEITENFUS, 2003, p. 118).

Assim, com a criação estabelecida pela Carta Das Nações Unidas por meio de Resolução aprovada pelo Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), teve sua criação estruturada pelo artigo 55 da Carta de São Francisco sobre o subtítulo de Cooperação Internacional Econômica e Social que estabelecia certa estrutura de aplicação para tais iniciativas formuladas pelo ECOSOC, em deferência à cooperação para o desenvolvimento, tendo em seu escopo a disseminação ao desenvolvimento social econômico, político, cultural e ambiental no mundo como premissas basilares. O ECOSOC, assim como colocado abaixo:

Artigo 55

Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

- A. níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;
- B. a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional;
- C. o respeito universal e efetivo raça, sexo, língua ou religião (BRASIL 1945).

O ECOSOC formula recomendações e inicia atividades relacionadas com o desenvolvimento, comércio internacional, industrialização, recursos naturais, direitos humanos, condição da mulher, população, ciência e tecnologia, prevenção do crime, bem-estar social e muitas outras questões econômicas e sociais (ONU BRASIL, s.d.). De tal forma que conta ainda com outros órgãos subsidiários criados pela Assembleia Geral, tais como a UNICEF, a UNESCO, a ONUDI, o ACNUR, o PNUD e a UNCTAD (ONU BRASIL, s.d.).

Além disso, leva as demandas das ONGs em caráter institucional cabendo ao ECOSOC regularizar a participação dessas organizações. “A Resolução 1996/31 do ECOSOC define princípios e direitos relativos à participação formal das ONGs, tendo como principal instrumento regulador a concessão de status consultivo às organizações da sociedade civil” (NADER, 2007).

“Dessa forma, o ECOSOC é utilizado na cooperação entre Estados. Portanto mesmo coordenando tais atividades dos órgãos subsidiários não possui de mecanismo jurídico ou material para suas tomadas de decisões” (SEITENFUS, 2003, p. 131).

A ONU tem o papel de levar a cooperação no âmbito internacional e apresentar uma configuração de uma nova ordem territorial, econômica e social, redefinindo um novo sistema internacional de mudanças que abre portas para diversos temas de relevância para a cooperação e o mundo. Restabelece-se assim uma inovadora ordem com novos atores surgindo e com uma nova pauta global.

Assim, as instituições como a ONU, OMC, OEA, OIT, OMS, OCDE, OTAN, BIRD, FMI, entre outras, são criadas pelas nações com a finalidade para discutir, traçar metas e resolver soluções em todas as esferas do sistema internacional. Constituindo uma sociedade entre Estados, para cooperar através de tratados e acordos em detrimento de interesse comuns entre as nações.

Em consequência disso, o neoliberalismo de Robert Keohane (1984, p. 49-64) é o que melhor pondera de maneira racional sobre cooperação e das instituições, que tem papel importante para esclarecer pontos importantes referentes a cooperação entre os Estados e seus interesses, dado que a cooperação se torna difícil e conflituosa, mesmo quando esta existe no âmbito econômico. O mesmo não se pode esperar quando se trata de cooperar na esfera política, pois os Estados tendem a não se abrir para cooperar como nas cooperações econômicas. Além disso, os interesses podem condicionar certa ação para a continuação da cooperação entre seus membros ou não (KEOHANE, 1984, p. 49).

[...] It also leads back to a crucial tension between economics and politics: international coordination of policy seems highly beneficial in an interdependent world economy, but cooperation in world politics is particularly difficult. One way to relax this tension would be to deny the premise that international economic policy coordination is valuable by assuming that international markets will automatically yield optimal results [...] (KEOHANE, 1984, p. 49).

Para os neoliberais que se utilizam de uma visão mais otimista do mundo e colocam algumas mudanças de estratégias para benefícios mútuos entre nações, essas mudanças trariam uma melhor percepção de cooperação e hegemonia.

Enfatizado pelos neoliberais que argumentam que as instituições têm papel importante na expansão do compartilhamento de comportamentos, levando esses padrões compartilhados a se legitimar e aumentando a cooperação entre nações que ora passa por períodos de transições hegemônicas. A cooperação entre os Estados em âmbito intergovernamental se dará quando os mesmos tiverem interesses e objetivos em conformidade com os demais. Essa cooperação considera os regimes internacionais como uma facilidade em sua criação, pois esse fato denota o porquê de sua importância pelos Estados, os quais cabem para promoção e manutenção da cooperação (KEOHANE, 1984, p. 50).

Além disso, a harmonia seria um ponto de discussão importante, dado que ela fornece diretrizes para o estabelecimento dos objetivos comuns, observados no modelo liberal econômico de Adam Smith com a mão invisível que traria benefícios a todos. Mas a harmonia não explicaria a cooperação entre as nações e ambas, cooperação e harmonia, são diferentes em suas concepções de tal modo que a cooperação requer ações de seus indivíduos para uma melhor coordenação de interesses e ações.

Cooperation occurs when actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination. To summarize more formally, intergovernmental cooperation takes place when the policies actually followed by one ernment are regarded by its partners as facilitating realization of their own objectives, as the result of a process of policy coordination (KEOHANE, 1984, p. 52).

Entretanto, observa-se que as instituições tem uma relevância nas condutas e ações dos Estados. Conforme a ONU, nas condutas e ações práticas na política social e a OMC com as normas e regras adotadas pelos países em âmbito de universalidade. Diante disso, tais condutas dos Estados são pautadas não só por interesses como a influência de cooperar para um sistema harmônico e de bem estar social entre todos e se valem de relevância ao sistema internacional (KEOHANE, 1984, p. 54).

Each act of cooperation or discord affects the beliefs, rules, and practices that form the context for future actions. Each act must therefore be interpreted as embedded within a chain of such acts and their successive cognitive and institutional residues (KEOHANE, 1984, p. 56).

Dessa maneira, essas condutas e ações produziram mais coordenação para uma harmonia na cooperação e para o surgimento de instituições em decorrência. Portanto, quanto mais disseminar a cooperação através das instituições, melhores serão os benefícios mútuos entre os agentes.

2.1 Cooperação para o desenvolvimento

A cooperação para o desenvolvimento vem sendo tema de debates em diferentes vertentes teóricas nas Relações Internacionais. A origem do CID remonta por vezes à segunda guerra mundial. Os Estados passaram por transformações em suas políticas internas e externas. O discurso de desenvolvimento e cooperação começou com a iniciativa do Plano Marshall que era uma ajuda para as economias ao fim do conflito.

Isso nos leva a reconhecer que o ideal da cooperação para o desenvolvimento se manteve contraditoriamente associado ao tradicional “dever civilizatório” do Ocidente, ou seja, à noção de que as antigas metrópoles deveriam levar a suas ex-colônias os seus modelos de educação, saúde ou administração pública, além de suas formas de organização econômica (MILANI, 2017, p 8).

Com propósitos de ações para restaurar a economia e voltar ao crescimento econômico nas nações europeias fragilizadas pela guerra, o Plano Marshall foi uma iniciativa norte-americana das propostas de outro plano, o Truman², com objetivos de interesses econômicos e de contenção do comunismo no mundo (PORTAL SÃO FRANCISCO, s.d).

A Organização para a Cooperação Econômica (OECE) de 1948 foi responsável por gerenciar os recursos dos fundos dos países doadores aos recebedores. Entretanto, em 1961 a OECE passou por reformulações, originando a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, a OCDE tem como objetivos a cooperação para o desenvolvimento com doações para países em desenvolvimento. Outro órgão criado com tais finalidades é

²Doutrina Truman designa um conjunto de práticas do governo dos Estados Unidos em escala mundial.

o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que tem princípios igualitários aos da OCDE, tendo sido criado no âmbito de Bretton Woods em 1941, o qual, logo tornou-se o Banco Mundial tendo na prática o instrumento de arrecadação de fundos para o desenvolvimento. Assim, os países quase recuperados eram pressionados pelos países ricos para desenvolver seus próprios programas de desenvolvimento (CAMPOS, 2005, p.134).

[...] A Cooperação Financeira Internacional (CFI), ou Cooperação Financeira Multilateral, refere-se à concessão de financiamentos, com taxas variáveis, a programas/projetos de desenvolvimento nos países chamados beneficiados [...](CAMPOS, 2005, p. 4).

O BID surgiu nesse contexto com a função de financiar os países da América Latina e Caribe, indo além em vários setores de desenvolvimento em âmbito da reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA). Os recursos do fundo derivam do mercado financeiro para empréstimos com taxas mais baixas.

Em uma nova realidade, o conceito de CID passou por configurações. Ao qual assistência e cooperação tendem a ser entendidas de modos distintos por diferentes autores nos estudos no CID. Alguns estudiosos tecem considerações sobre o termo cooperação para o desenvolvimento e “*Foreing AID*”, ou em tradução livre “Ajuda Externa”. Assim, apenas a ajuda externa em âmbito das agências oficiais ao desenvolvimento poderia significar CID (TOMEZANI, 2017, p.. 73-100). Diante disso, nem toda ajuda externa confere cooperação ao desenvolvimento como esclarecidos abaixo.

O emprego do termo “Ajuda Externa” em face de expressões – entendidas como sinônimas – como “assistência ao desenvolvimento” ou “cooperação ao desenvolvimento”. Enquanto o termo “Ajuda Externa” significa assistência ao desenvolvimento e assistência militar, não sendo, portanto, sempre seu objetivo o desenvolvimento, este último sim, pelo contrário, é a meta da “Assistência ao Desenvolvimento”, embora esta expressão sugira uma relação desigual: a existência de um doador e um receptor, de um que dá e outro que recebe. A “cooperação ao desenvolvimento” refere-se não só à meta explícita do desenvolvimento como também a uma iniciativa comum entre doador e receptor (AYLLON, 2006).

Paralelamente ao modo de definição do CID, podendo caber o nome de assistência na relação dos países sul-sul ao qual pode caracterizar substituição do

termo usual de cooperação. Sendo o conceito caracterizado de acordo com Souza (2014): “Ao contrário de *assistência*, *cooperação* implica uma relação de benefícios mútuos, horizontalidade e maior participação e controle local dos recursos”. Outra observação válida pode ser esclarecida por CAMPOS sobre ‘Ajuda Externa’ de tal modo que

A CI para o desenvolvimento, por exemplo, também chamada de “ajuda externa”, é um desses casos. Nesse tipo de CI, negociar para concluir um acordo ou contrato internacional é apenas um pequeno passo no início de um processo complexo de interação entre atores nacionais e internacionais em níveis e dimensões distintas daquelas da negociação tradicional, ainda pouco explorada pelos estudiosos das Relações Internacionais (CAMPOS, 2005, p.2).

Entretanto, nessas definições, cabe ressaltar que há também diferentes tipos de cooperação, tais como a cooperação Bilateral, Multilateral, Descentralizada e ainda outras inerentes à cooperação para o desenvolvimento. Compreendendo a importância de se explicar a definição que se dá a cooperação Bilateral, é aquela em que os governos doadores transferem recursos financeiros diretamente aos países receptores, através de administração pública e organizações em caráter não oficial. Já a cooperação Multilateral consiste em alocação dos recursos feitos por organizações multilaterais que assim possam gerenciar de forma transparente e uniforme. Dessas organizações multilaterais fazem parte agências, instituições e organizações governamentais autônomas.

Outra cooperação presente é a descentralizada, feita por ações de administrações não centrais. Algumas dessas definições de cooperação podem ser observadas no caso prático que detém cooperação bilateral através do Fundo Amazônia.

2.2 Motivações e interesses ao CID

O discurso fomentado pelos países ricos da OCDE é o de erradicar a pobreza. As motivações e interesses referentes à cooperação para o desenvolvimento são constantemente debatidos. Os diferentes autores observaram que num primeiro momento as motivações se faziam por motivos econômicos. Os autores Degnbol-Martinussen, e Engberg-Pedersen observam que, nesse período, outros princípios eram relevantes para a cooperação ao desenvolvimento. Os principais motivos estavam na segurança nacional, na questão econômica, ambiental, política, moral e humanitária (2003, p. 10).

Os motivos morais e humanitários estão interligados com a ideia de oferecer dignidade e solidariedade, disseminados pela religião. O discurso fomentado por países doadores de ajuda pode vir dos discursos morais e humanitários. Diante disso, ex-colonizadores veem uma obrigação moral de ajudar países em desenvolvimento, em decorrência de outrora utilizarem dos recursos naturais dos recebedores de ajuda e se desenvolverem. Outros motivos sejam altruístas, morais e humanitários, poderiam ser percebidos mais a frente como zonas de influência na política externa americana. Logo, outros motivos especiais são utilizados por ex-colonizadores em oferecimento de ajuda externa, tais como o meio ambiente, fluxo migratório, combate ao tráfico de drogas, evolução de epidemias (HIV/AIDS) e o terrorismo (DEGNBOL-MARTINUSSEN; ENGBERG-PEDERSEN, 2003, p.9), Disseminados para o debate entre as nações e para a cooperação ao desenvolvimento.

Relaciona-se a ajuda externa com o sentido inverso ao de desenvolvimento. Portanto, o significado de que a narrativa de desenvolvimento está atrelada à ajuda recebida levaria considerações inversas, demonstrando uma contribuição imaginária, pois os países em desenvolvimento estariam desenvolvendo ainda mais os países ricos doadores (HICKEL, 2017). Entretanto, prerrogativas de que os países doadores não tem obrigação moral e nem humanitária para doar aos menos favorecidos são usadas como refutação ao discurso de ajuda. Roger Riddell faz importantes considerações sobre as motivações morais não sendo relevantes para cooperação entre Estados. Já que cada país é responsável por seu desenvolvimento não cabendo ajuda de outros países para se desenvolverem. Além disso, a ajuda

pode ocasionar uma dependência e não benefício (DEGNBOL-MARTINUSSEN; ENGBERG-PEDERSEN, 2003, p. 11).

2.3 Cooperação em matéria ambiental

Uma das primeiras discussões levantadas ao meio ambiente surgiu na quarta fase ideológica das OI's, com pressupostos negativos aos conceitos desenvolvimentistas, que limitados recursos da terra, e a intensa atividade do homem em decorrência ao crescimento econômico. Dessa forma passa a existir o Clube de Roma de 1972, evidenciados pelos projetos de discutir o futuro da condição humana em inferência aos recursos naturais da terra, o controle demográfico e o crescimento da economia. A primeira reunião ocorreu em Roma, na Itália, por meio de seus participantes, tendo acadêmicos, cientistas, políticos, empresários e membros da sociedade civil que formariam o Clube de Roma (SEITENFUS, 2013).

Levando a preocupação com a intensa atividade econômica, decorrida da industrialização que poderia acarretar danos ao meio ambiente irreversíveis e assim indicados no Relatório 'Os limites do crescimento' de 1972 idealizado pelos cientistas Dennis e Donella Meadows. O relatório apresentava que se os recursos naturais fossem utilizados de maneira desenfreada, se esgotariam em 100 anos. Diante disso, o relatório sofreu grandes críticas por parte de grandes influenciadores da política mundial que observaram que o relatório tinha como intenção deter o crescimento econômico. Muitas das observações do Clube de Roma tornaram princípios para as discussões sobre meio ambiente até os dias atuais, como podemos notar no conceito de desenvolvimento sustentável.

Assim, o desenvolvimento levou ao debate ambiental e a defesa dos recursos naturais da terra para a agenda dos Estados. Diante disso, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano³ desencadeou importantes mecanismos de discussões e de cooperação ao meio ambiente no mundo globalizado, com objetivos de conscientizar e alertar sobre os riscos e evitar que os

³Conferência de Estocolmo realizada em 1972 e deu origem a conferência das Nações Unidas que aconteceu na capital da Suécia, Estocolmo.

recursos naturais se esgotem, colocados para que não se comprometam as gerações futuras. A conferência originou a Declaração sobre Ambiente Humano, adotada em 1972, que foi a primeira atitude mundial com princípios básicos para a preservação do meio ambiente, partindo de premissas nunca antes discutidas e tendo uma expansão em outras áreas, como direitos humanos, gestão de recursos naturais, prevenção da poluição e relação entre meio ambiente e desenvolvimento.

A conferência é de importância ao meio ambiente e seus povos. Dado que se estabelece a premissa de preservar e manter de forma justa os recursos naturais fornecidos ao homem. Além disso, a Declaração sobre Ambiente Humano tem caráter de determinar que os Estados e os povos assumam responsabilidade para a preservação dos seus recursos e de se desenvolverem sem agredir ou danificar o ambiente em que vivem. Ademais, podendo ser agregado ao desenvolvimento da terra para o bem estar econômico e social, caberia aos Estados autoridade para desenvolver e gerenciar seus recursos em caráter de preservação. Por conseguinte, o documento determina que os Estados e povos do mundo sejam responsáveis pela preservação dos recursos naturais do mundo, ao passo que possam se desenvolver e todos aqueles que fazem uso deste. Portanto, autoridades políticas, empresários, etnias indígenas, pequenos agricultores e a sociedade civil que vive das florestas, rios e toda biodiversidade existente da natureza, podem e necessitam usar os recursos da terra em seu *habitat*, mas conforme ao passo que se desenvolvem em âmbito econômico e social possam proteger o meio ambiente.

Podemos observar que a conferência levantou questões relevantes. Portanto, tal processo desencadeia a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), destinado a promover a gestão global dos problemas ambientais. Por proposta, o PNUMA criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMED), com a missão de promover o diálogo entre países ricos e pobres sobre as questões de meio ambiente, definindo desenvolvimento e cooperação entre os dois temas. O CMED, que no começo dos anos 80 era chefiado pela primeira ministra da Noruega, elaborou estudos de desenvolvimento sustentável, dando origem a um documento final chamado o

Relatório *Brundtland*⁴, publicando em 1987 e denominado de “Nosso futuro comum”, dando notoriedade ao conceito de desenvolvimento sustentável.

As conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), em prol do meio ambiente ocorrem ao longo desse período. Tais como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou Eco 92, no Rio de Janeiro. O Eco 92 levantou novamente as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável reafirmando os compromissos dos Estados vinte anos depois com a primeira conferência sobre o meio ambiente. Diante disso, outros documentos oficiais importantes foram derivados do Eco 92, tais como: A Convenção sobre Diversidade Biológica, tratando da proteção da biodiversidade; Convenção das Nações Unidas de Combate à redução da Desertificação; Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, tratando das Mudanças climáticas globais; Declaração de Princípios sobre Florestas; Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento e a Agenda 21. Foi fiscalizada a elaboração das discussões e documentos por ONGs ambientais.

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Rio+10, que se realizou em Johannesburgo, em 2002 resultou em ações no plano de implementação ao desenvolvimento sustentável, tais como a redução e perda da biodiversidade, a diminuição da população com fome e da extrema pobreza, a recuperação de estoques pesqueiros com fins de sustentabilidade, e a redução da população sem acesso a água e esgoto tratado. Isto ocasionou uma insatisfação por parte ONGs por não creditarem um prazo para tais ações.

Assim, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) foi a quarta conferência da ONU relativa ao meio ambiente e ao desenvolvimento, abordando questões além do desenvolvimento no âmbito ambiental, tais como moradia e com uma maior abertura para ONGs e sociedade civil. Esta cooperação se mostra relevante em levar os povos indígenas para o tema

⁴Relatório *Brundtland* foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas.

de meio ambiente e sustentabilidade, como sendo esses povos os principais interessados com a preservação e desenvolvimento do meio ambiente.

2.4 Cooperação Brasil e Noruega para o desenvolvimento ambiental e sustentabilidade

Na década de 60, o Brasil diante da pauta de meio ambiente em certos períodos se mostrou com ganhos e perdas. A preocupação de se ter aparatos institucionalizados para a conservação do meio ambiente resultou na aprovação da Lei Nº 4.771 de 15/09/1965, que instituía o novo Código Florestal Brasileiro. No período da ditadura, o meio ambiente foi por vezes esquecido da agenda nacional. No entanto, muitas discussões e teses relevantes se mostrariam de importância para abrir os diálogos acerca do tema, os quais levaram pressões ao governo nesse sentido e à criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Assim, cabe elucidar que muitos outros órgãos seriam criados com propósitos de proteção ao meio ambiente e à política ambiental brasileira que cresceram com a iniciativa das ONGs e da sociedade civil, que tentava uma aproximação para a estratégia de política internacional, contribuindo para a entrada dos povos indígenas nas discussões sobre meio ambiente.

A relação entre Brasil e Noruega é pautada por valores compartilhados e respeito mútuo. Nos últimos anos, os contatos entre governos, empresas e indivíduos de ambos os países têm se intensificado, conferindo dinamismo ao relacionamento bilateral. A cooperação entre Brasil e Noruega já se detinha uma lógica de alianças em comércio como na aprovação e na Convenção entre o Brasil e a Noruega para evitar a dupla-taxação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda e o capital em 20 de outubro de 1967 e promulgada em 17 de setembro de 1969. Diante disso, foi se expandindo para outras ações em que a Noruega se mostraria um parceiro promissor e vantajoso para o Brasil, além da ligação com a sociedade civil através de organizações não governamentais, com a abertura de temas de meio ambiente, autodeterminação dos povos, direitos humanos e iniciativas para o desenvolvimento sustentável.

Com iniciativas no começo dessa relação ligadas as Organizações Não Governamentais, com a finalidade de garantir os direitos humanos e de demarcação de terras aos povos indígenas brasileiros e correlacionando ao meio ambiente, num viés para a conservação do meio ambiente brasileiro e levando outros países a se mostrarem importantes parceiros nesse posicionamento que se abria na agenda do sistema internacional.

A Noruega esteve relacionada à interação aos povos indígenas através das ONGs indigenistas. Desde 1983 ao qual já havia programas para apoiar as causas indígenas no Brasil e em outros países latinos americanos (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NORUEGA, 2004). A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁵ foi o marco inicial para o apoio às causas indígenas oferecidas pelo Estado Norueguês. Ressaltando que a Noruega possui os povos indígenas Sámi e talvez seja o que permeie suas contribuições e apoio.

Além disso, as ONGs foram incorporadas, em muitos casos, a mecanismos de controle social sobre o Estado, a exemplo do ocorrido no Brasil após a redemocratização, na década de 1990, quando foram incorporadas aos conselhos de gestão de inúmeros órgãos públicos, como representantes da “sociedade civil”. Nesse caso, instrumentos internacionais como a Agenda 21 desempenharam um papel central, por preverem este mesmo tipo de controle e participação. O crescimento das ONGs também esteve relacionado ao fato de que a ONU passou a dar espaço à participação dessas organizações em alguns de seus fóruns, entre os quais o Conselho Econômico e Social, com o estatuto de “observadores (HOFFMAN, 2009, p. 69)”.

Portanto, a Sociedade Civil, ONGs e povos indígenas teriam papel de ser o elo mais profundo na relação entre o Brasil e a Noruega. Consolidando essa relação de cooperação bilateral com propósitos ao primeiro momento no apoio as causas indígenas e logo agregadas ao de desenvolvimento sustentável e de preservação ambiental. Em consequência disso, foram-se se expandindo questões relevantes ao meio ambiente, com ações e projetos em prol das causas de sustentabilidade, desenvolvimento e contra o desmatamento, tendo hoje várias parcerias com organizações e associações dos povos indígenas e de preservação ao meio

⁵ Organização Internacional do Trabalho de 169 foi a Convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, revê a Convenção nº 107. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais.

ambiente. Uma das Organizações Não Governamentais que recebem apoio financeiro dos diversos programas da Noruega é o Instituto Socioambiental (ISA), que promove iniciativas aos povos indígenas do Brasil e projetos de ação ao desenvolvimento sustentável dos indivíduos que vivem na Amazônia como os povos indígenas, pequenos produtores e ribeirinhos.

O aparato da cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas conta ainda com recursos do The Norwegian Program for Development, Research and Education – NUFU (Nasjonal utvalg for utviklingsrelatert forskning og utdanning), criado em 1991 por meio de um acordo firmado entre o MRE e o Conselho Norueguês de Pesquisa, assumido posteriormente pela NORAD, voltado a estabelecer convênios de cooperação em pesquisa entre universidades norueguesas e universidades dos países em desenvolvimento, visando o intercâmbio e a formação acadêmica em nível superior. Este programa tem um importante papel no caso da cooperação internacional junto aos povos indígenas, pois responde por convênios firmados entre universidades norueguesas e universidades na América Latina e na África com programas voltados a eles, contando em muitos casos com a participação dos Sámi (HOFFMAN, 2009, p. 130).

Em consequência disso, a relação norueguesa com a sociedade civil organizada ganhou força e se construiu uma ponte para outras esferas além do meio ambiente, que num primeiro momento tem o Estado da Noruega como financiadora e apoiadora de projetos de desenvolvimento e sustentabilidade, que vão surgir aos interesses dos povos indígenas que tentam ultrapassar as barreiras do Estado e usar a globalização em seu favor. Por vezes tendem a promover projetos de cunho ambiental com o apoio da Agência Norueguesa de Cooperação (NORAD) vinculada ao Ministério de Negócios Estrangeiros da Noruega que tem as ONGs *Rainforest Foundation Norway* e a Ajuda da Igreja da Noruega como receptadoras de recursos da NORAD (HOFFMAN, 2009, p. 130).

A terceira principal vertente de cooperação internacional definida no Memorando bilateral diz respeito ao interesse comum de explorar oportunidades de cooperação técnica em favor de terceiros países. Com efeito, a perspectiva de capacitação de países em desenvolvimento em recursos humanos e tecnologia está expressa tanto na Iniciativa Climática e Florestal da Noruega, já examinada, como no Fundo Amazônia, o qual poderá utilizar até 20% dos recursos no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento nos demais biomas brasileiros e em outros países de florestas (GUIMARÃES, 2011, p. 152) tropicais.

Historicamente a Noruega é um país que se desenvolveu da exploração de seus recursos naturais. As fontes hídricas eram utilizadas para geração de energias

e por muito foi o que intensificou o período de industrialização do país. Considera-se que sua vulnerabilidade em questões ambientais possam ser remetidas por sua localização geográfica que pelo aquecimento global e o derretimento das calotas polares. Esses são alguns dos motivos que podem influenciar o clima da Noruega. Tendo sido um dos países que primeiramente formalizou condutas em deferência ao meio ambiente com a criação do Ministério do Meio Ambiente de 1972, que foi ampliado em 1980 com avaliações ambientais e orçamentárias para as políticas ambientais.

Considerando o elevado grau de mobilização da opinião pública e, conseqüentemente, o nível de prioridade atribuída pelo Estado às questões ambientais, a Noruega desempenhou desde dos anos 1970 reconhecido papel de liderança na esfera internacional para a promoção do debate e de ações concretas na esfera do meio ambiente (GUIMARÃES, 2011, p.140).

Entretanto, outra importante contribuição feita pela Noruega foi na idealização do “Relatório Brundtland” – “Nosso Futuro Comum”, exposto no sub tópico anterior que levantou considerações importantes ao desenvolvimento sustentável. Um fato importante é que nesse período o país Norueguês passou a produzir e exportar petróleo, elevando os níveis de dióxido de carbono, em que essas premissas de preocupação ambiental e produtor de males ao meio ambiente devido sua utilização e produção dos recursos naturais, levariam a duas frentes de preocupação contra a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Nas estratégias mais importantes na atualidade talvez seja o estabelecimento de metas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa no âmbito nacional e internacional da Noruega, idealizado em 2007 pelo Parlamento Norueguês.

Para a Noruega a necessidade de se criar ações de utilização de energias pelos países em desenvolvimento mais que não interferissem nas metas ao meio ambiente seriam de vital importância. Isso se daria através de projetos de gestão aos recursos naturais dos países em desenvolvimento. O discurso do primeiro ministro norueguês em Bali, na Conferência das Nações Unidas ressaltou que “todos os países emissores e em seguidas que os países ricos carregam a responsabilidade histórica pela situação atual” (GUIMARÃES, 2011, p. 141). Estes devem usar de mecanismos para minimizar os efeitos negativos ao meio ambiente, seja por condução de políticas ambientais ou financiamento a projetos de cunho a

preservação e desenvolvimento ambiental. Logo depois da conferencia de Bali os compromissos feitos pela Noruega gerou um “Acordo Interpartidário” (GOVERNO DA NORUEGA, 2014).

O Acordo Interpartidário estabeleceu objetivos gerais para a política norueguesa ao meio ambiente, expandindo esses objetivos entre 2009-2013 em cinco frentes importantes da política ambiental. Mesmo com tais objetivos e iniciativas para combater as emissões de poluentes, o país pouco conseguiu evoluir com eficiência, pois as questões ao desenvolvimento econômico ainda estão inseridas na política norueguesa. Contudo, com a criação do Fundo Amazônia no mesmo período das metas da Conferencia de Bali, logo o fundo receberia apoio pelo Ministro do Meio Ambiente da Noruega, Erik Solheim.

A iniciativa foi estruturada em março de 2008, após a nomeação do Embaixador Hans Brattskar para a coordenação do programa e sua vinculação orçamentária aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Meio Ambiente. Os recursos para as contribuições aos diferentes projetos são, na maior parte, oriundos do orçamento da cooperação internacional da Noruega, que, em 2009, recebeu verba recorde US\$ 700 milhões, um aumento de 25% em relação a 2008. Destes, US\$ 250 milhões foram destinados à iniciativa florestal (GUIMARÃES, 2011, p. 141).

Diante disso, a redução com o desmatamento em países tropicais, em que suas políticas ambientais são pouco desenvolvidas e se tem uma menor eficiência na captação de informações e verificação de resultados e implementação de soluções, são os pressupostos que fazem levantar ainda mais a bandeira de preocupação com esses países. A Comissão Mundial sobre Florestas e Desenvolvimento (WCFSD), que foi usada como base seu documento que analisa o desmatamento como “de que cerca 350 milhões de pessoas, entre as quais 60 milhões de indígenas, dependem exclusivamente da floresta para seu sustento diário” (GUIMARÃES, 2011, p. 145).

O projeto prevê ações com os órgãos multilaterais como Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (BID). Além disso, essas iniciativas contribuíram para uma expansão para outras iniciativas de ajuda e promoção ao desmatamento florestal.

O desenvolvimento com o Brasil, ao primeiro momento, veio oriundo das áreas de energia, ciência, tecnologia e educação com a Noruega, um de seus maiores parceiros na América Latina. Segundo o Itamaraty e a Embaixada Norueguesa nos sites oficiais, apenas em sentido econômico ao primeiro momento. As relações entre os dois países datam de muito tempo, como observado no fato do Brasil ser uma das primeiras nações a reconhecer a Noruega como Estado independente.

Os dois países mantêm uma estreita relação em relação ao meio ambiente, em que diversos acordos seriam feitos para o desenvolvimento e cooperação estabelecendo iniciativas bilaterais de cooperação em temas como mudança do clima, observados no Fundo Amazônia. Obteve o Brasil um pouco mais de 140 milhões de dólares e a visita do então Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg em 2008. Com esse financiamento e a assinatura de memorando de entendimento, foi alvo nas políticas de assistência ao meio ambiente. Consolidando a Noruega como uns dos principais parceiros em financiamento em prol do meio ambiente e ao Estado brasileiro que traz uma iniciativa pioneira no desenvolvimento de projetos e pesquisas importantes.

É segundo o próprio Ministério do Meio Ambiente que se tem dois projetos de cooperação em fase de implementação. As ONGs brasileiras são receptoras do apoio e da elaboração dos Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal (implementado pelo Ministério do Meio Ambiente com o apoio do PNUD), e o apoio à Implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia (implementado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade com o apoio do PNUD).

Um dos projetos ao quais será exposto no próximo capítulo e encontra-se sobre o amparo do Instituto Socioambiental (ISA) é a Associação da Rede de Sementes do Xingu (ARSX), com o objetivo de sustentabilidade como pauta principal. O projeto advindo da Campanha *Ikatu Xingu* que significa, salve a água boa do Xingu, na língua Kamaiurá. Surge com a finalidade de atuar na recuperação e proteção das nascentes e cabeceiras do Rio Xingu. Será exposto como caso prático da interação da cooperação do Brasil e Noruega e outros autores para sua idealização.

CAPÍTULO 3 - ASSOCIAÇÃO REDE DE SEMENTES DO XINGU

3.1 Y Ikatu Xingu.

Em meados de 1961, surge o Parque Indígena do Xingu em uma região localizada ao sul da Amazônia. O parque indígena do Xingu foi o primeiro parque a ser homologado pelo então presidente Jânio Quadros e derivada das expedições para conhecimento daquela região pelo governo de Getúlio Vargas. Teve como idealizadores os irmãos Villas Bôas e o antropólogo Darcy Ribeiro, porém, não cabe elucidar os propósitos ou surgimento do mesmo, e sim demonstrar que em suas propostas demarcatórias territoriais os rios e nascentes não fariam parte do Parque Indígena do Xingu. Com o tempo, o desmatamento nas cabeceiras dessas nascentes e rios se mostram relevantes e se tem uma maior preocupação por aqueles que ali habitam. A preocupação surgiu a partir daí por Organizações Não governamentais e a sociedade de povos indígenas, ribeirinhos e pequenos produtores. A água se tornando preocupação de todos e evidenciados no relatório do relatório “O futuro climático da Amazônia”, publicado em 2014 pelo pesquisador Antônio Donato Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ao qual observa que a Amazônia ao longo dos anos está perdendo a funcionalidade de captar e transportar umidade para o resto do Brasil.

Portanto, o relatório coloca que nem o fato de parar o desmatamento será uma solução para recuperar esse ambiente, outras soluções colocadas no relatório seriam encontradas no reflorestamento da região desmatada para assim ter resultados. Um dado importante do Inpe é de que essa preservação ambiental impacta no clima amazônico e também na agricultura, pois com um ambiente ruim a agricultura passa por modificações no seu solo devido ao aquecimento que sofre esse solo (GUIMARÃES; MOUTINHO, 2017).

Assim, em 2004 surge a campanha - *Y Ikatu Xingu* “Salve a água boa do Xingu”, na língua Kamaiurá, ao qual teve entre seus envolvidos povos indígenas, ribeirinhos e pequenos produtores com um objetivo em comum: a água na Bacia do rio Xingu no Mato Grosso. A iniciativa tomava forma e se expandia para a crescente demanda por sementes nativas. Dividida em três frentes a primeira em restauração

florestal, a segunda em educação agro florestal e planejamento, e a terceira que visava a gestão e ordenamento territorial (HARARI, 2017). Assim surgia a Rede de Sementes do Xingu com uma variedades de atores e com um objetivo de proteger e desenvolver seu ambiente.

A gente imaginava, no início... será que vamos conseguir? Com esse tanto de gente diferente espalhada... a gente sempre teve dúvida, e hoje não! essa diversidade é a nossa segurança.”, relembra Acrísio Reis, coletor do assentamento Manah, em Canabrava do Norte, e diretor da RSX (HARARI, 2017).

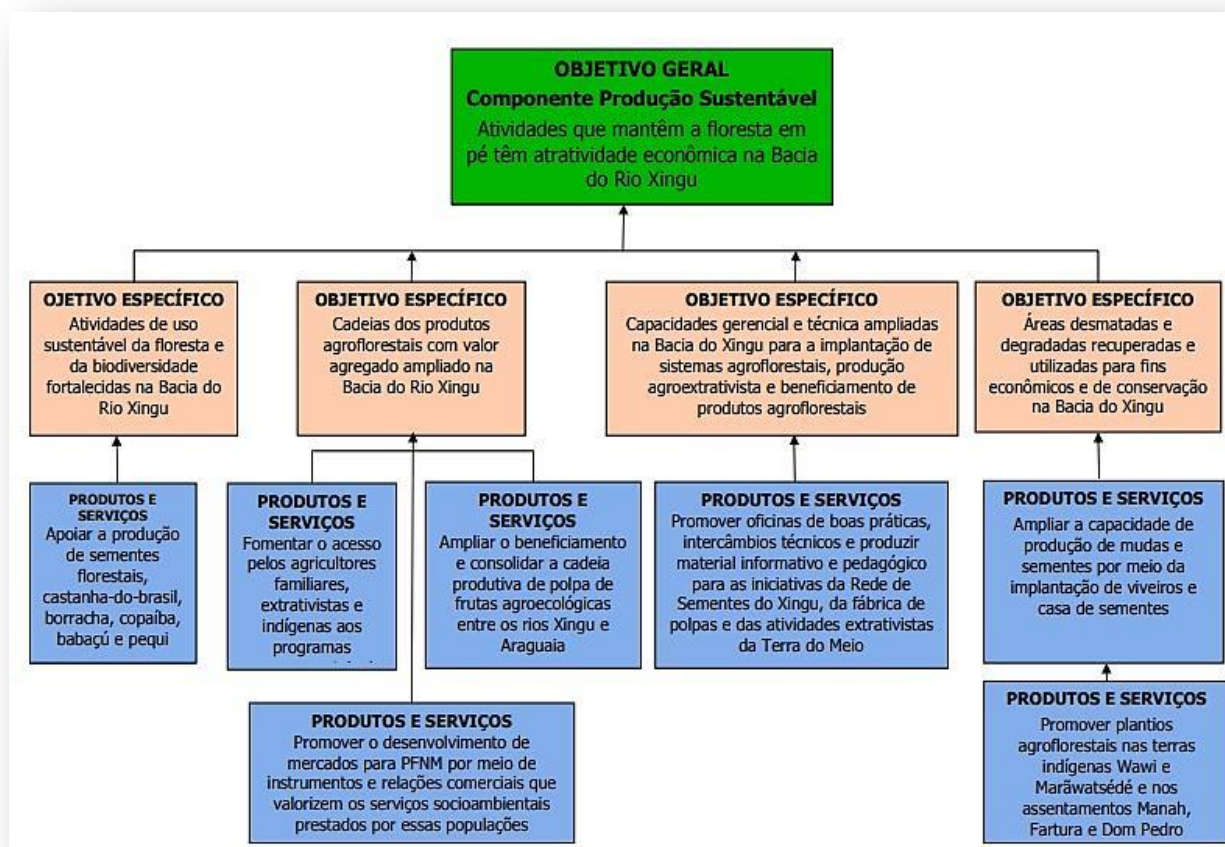
Embora apenas em 2007 a rede surgia oficialmente e com propósitos estabelecidos de reflorestamento nas cabeceiras dos rios, ora desmatados. Porém o desenvolvimento da região foi feito através daqueles que iniciaram a comercialização das sementes nativas do Xingu para o reflorestamento, alcançando outro patamar de desenvolvimento sustentável. Um ponto relevante entre a iniciativa se dá por meio das diferenças culturais entre os três principais grupos que ali habitavam e lograram o surgindo da Associação da Rede de Sementes do Xingu com o auxílio do Instituto Socioambiental (ISA). Sendo um marco histórico sua realização e resultados alcançados até os dias atuais.

A semente tem um poder indescritível de unir os diferentes. Tem essa capacidade de sair de uma mata dentro de uma Terra Indígena, dentro de uma reserva legal, de um assentamento ou de uma cidade, e passar pela mão de várias pessoas até chegar na floresta do futuro. Ao passar por essas pessoas diferentes, ela vai fazendo uma costura que eu acho que é a grande virtude da Rede de Sementes do Xingu: aproximar histórias diferentes, visões de mundos diferentes em prol de uma floresta mais viva e de uma paisagem mais sócio diversa”, conta Rodrigo Junqueira, coordenador do programa Xingu do ISA e do Conselho Curador da RSX (HARARI, 2017, p.2).

Diante disso, a rede se consolida ao longo do tempo e inova no processo de coleta de sementes e na sua estrutura organizacional de coleta e venda das sementes. Com uma diversidade de envolvidos no projeto que contam com mais de 13 núcleos de coletores de sementes em 16 municípios nas bacias do Xingu e Araguaia, ao qual tem abrangência em 15 Assentamentos Rurais, uma Reserva Extrativista na Terra do Meio (PA) e 17 aldeias de sete povos que vivem em quatro Terras Indígenas (HARARI, 2017). Além disso, contam com inúmeros parceiros

comerciais, apoiadores e articuladores tanto a nível nacional como internacional o que se mostra um diferencial por abordar a preocupação dessa sociedade e interligar com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Além da preocupação em recuperar essas áreas desmatadas e de preservação da água. A ARSX através da coleta e venda das sementes fortalecem a economia local e gera renda para os coletores da rede (YAMAOKA, 2017, n.p.). Os principais objetivos do projeto podem ser observados na figura abaixo, equiparados pelo organograma para o Fundo Amazônia.

Figura 1 - Objetivos do projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu apoiados pelo Fundo Amazônia.



Fonte: FUNDO da Amazônia. Instituto Socioambiental. p. 1. Disponível em:
<http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/QL_PDF/Arvore_de_Objeticos_ISA.pdf> Acesso em :22/02/2017.

A ARSX tem uma importância na preservação e biodiversidade do ambiente que ali vivem, desenvolvendo iniciativas que agregam meios de solucionar os

problemas do meio ambiente que cada vez vão diante ao pressupostos de desenvolvimento econômico e, que não podem andar juntos o progresso e os meios sustentáveis. Tais pensamentos vão mudando e a rede cresce e se expande para os filhos e netos da população que ali vive.

Além de recuperar áreas desmatadas e preservar a água na região, a coleta e venda de sementes fortalecem a economia local e geram renda para os coletores. Em uma década foram comercializadas 175 toneladas de sementes, o equivalente a R\$2,5 milhões. “A gente contribui com o meio ambiente para a nossa e para as próximas gerações e ainda garante um complemento na renda que ajuda muito, muito mesmo”, conta Acrísio Luís dos Reis, coletor e diretor da Rede de Sementes do Xingu. (YAMAOKA, 2017, n.p.)

O fato é que ao disseminar esse pensamento de preservação ao restante da população e das gerações futuras desses coletores, atitudes como essa de semear e restaurar serão ainda mais disseminadas por todos. Os jovens criam pesquisas e soluções para uma maior aplicação na produção e germinação das sementes. Em 2016 esses jovens participaram do curso “Sementes Socioambientais”, para fortalecer os processos interligados no manejo das sementes em todas as etapas de plantio, germinação, colheita e os resultados. Com tais resultados apresentados pelos jovens foi possível levantar informações e experiências e aumentar a abrangência e importância de todas as trocas oferecidas em prol da ARSX.

Descobrimos que a falta de chuva em diferentes locais têm afetado a quantidade e a qualidade dos frutos que estão mais suscetíveis à besourinhos e outros fungos, por exemplo. O ciclo fenológico das plantas também está sendo alterado, umas produzem mais cedo, outras mais tarde”, explica Oliveira. “Nós trocamos informações sobre as pesquisas e também sobre formas de beneficiamento, conhecimentos tradicionais e tecnologias entre os jovens dos assentamentos, ribeirinhos e indígenas. Aprendemos uns com os outros, somamos conhecimento (YAMAOKA, 2017, n.p.).

3.2 Os Agentes de cooperação

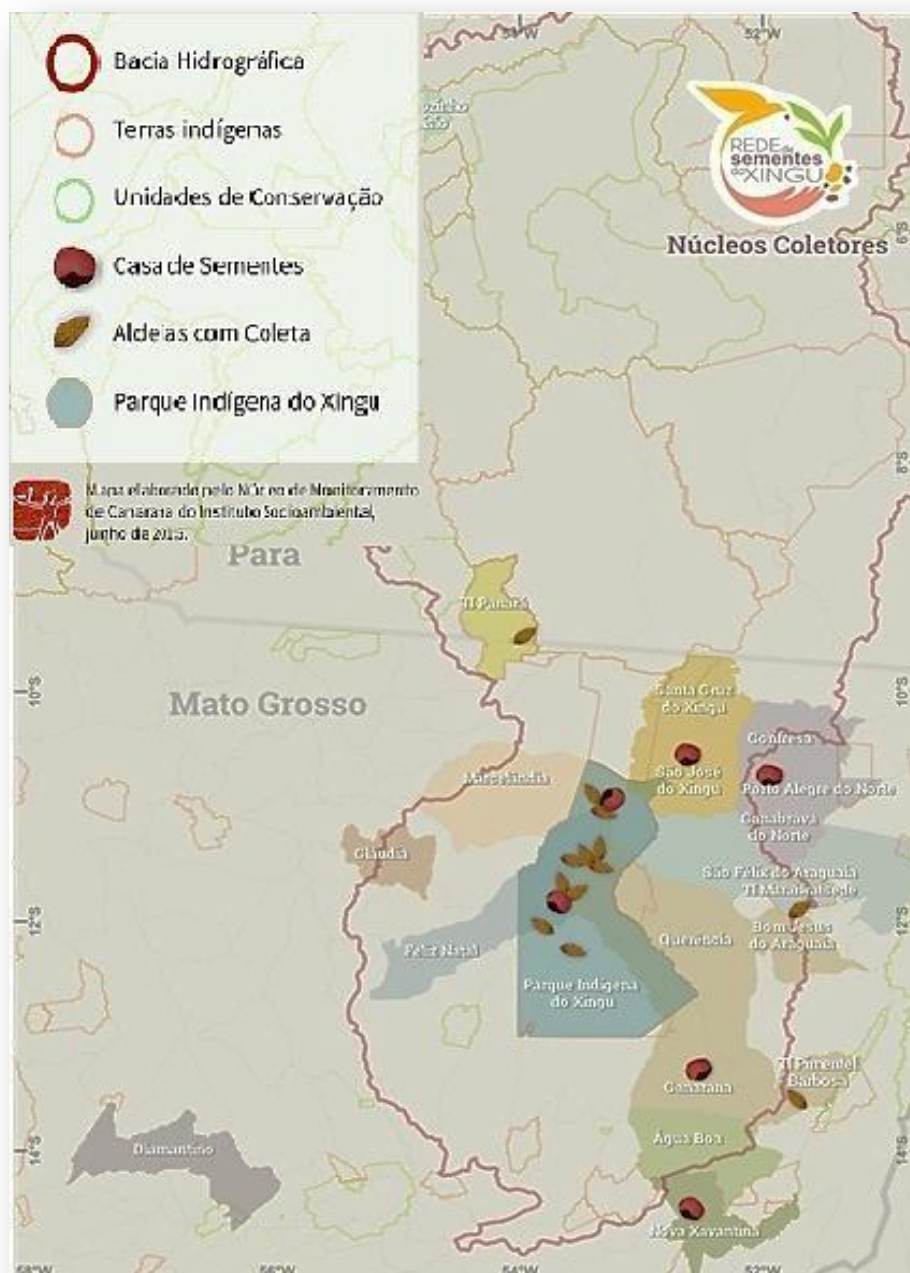
Os agentes de cooperação da rede conta com agricultores, ribeirinhos e povos indígenas. Que são os coletores das sementes e detém uma grande importância na realização do projeto. De tal forma que devem possuir funções e critérios específicos se destacando:

- I. Preservar as Matas Ciliares em sua propriedade. Quando tiver APPs ou Reserva Legal degradadas, recuperar $\frac{1}{2}$ hectare por ano. Terminada a restauração das APPs e Reserva Legal o grupo define outras metas.
- II. Quem fiscaliza são os vizinhos e companheiros do núcleo de coleta.
- III. Fazer uso responsável do fogo no seu lote/propriedade e não deixar escapar para seu vizinho nem danificar as matas.
- IV. O coletor é responsável pela qualidade das suas sementes, buscando conhecimento técnico sobre elas, seu beneficiamento e armazenamento, coletando do máximo de matrizes possível, diversificando a coleta, não danificando as matrizes, nem coletando todas as sementes de uma árvore.
- V. O coletor tem a responsabilidade e o direito de se manter em contato com a Rede através de seu nó.
- VI. O coletor é responsável por quaisquer prejuízos que podem acontecer pela perda de alguma semente.

Outras considerações são alguns desses critérios essenciais para os coletores da ARSX e para melhores resultados. As funções são registrar e divulgar experiências alcançadas pela rede, fazer o acompanhamento dos pedidos e das entregas de sementes, sendo responsável por toda qualidade da sementes tanto no seu núcleo como com os outros coletores. Além disso, manter todos os envolvidos integrados numa rede de comunicação e não sendo de responsabilidade dos envolvidos a perda de peso ou sementes estragadas.

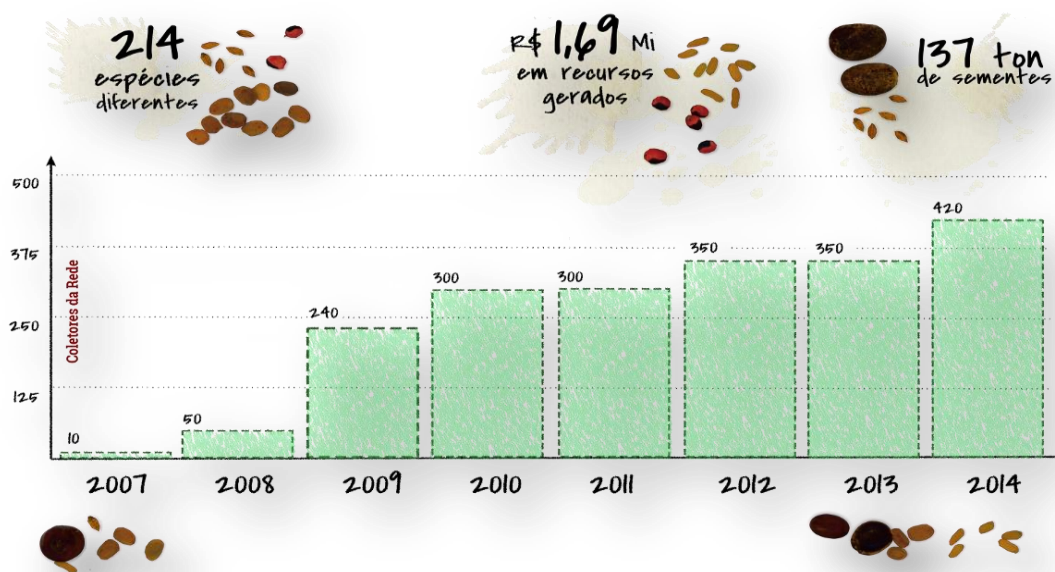
Os coletores alcançaram os objetivos, podendo ser observados nas Figuras 2 e 3 abaixo, que ilustram a quantidade de coletores no começo do projeto e seu desenvolvimento ao longo dos anos e a quantidade de sementes e espécies diferenciadas e os recursos gerados por toda cadeia produtiva. Esses dados nos fornecem um panorama de abrangência e resultados satisfatórios. O site da rede de sementes possui um mapa de coletores com fotos e localidade onde se encontra cada coletor, além de informar a variedade de sementes nativas presentes e comercializadas pela rede.

Figura 2 - Núcleo de Coletores



Fonte: SEMENTES do Xingu. **Como funciona.** Disponível em:
<http://www.sementesdoxingu.org.br/como-funciona/> Acesso em: 25/09/2017.

Figura 3 - Coletores e sementes



Fonte: SEMENTES do Xingu. Disponível em: <<http://sementesdoxingu.org.br/site/>> Acesso em 25/09/2017.

3.3 Sementes

Desse modo, essas sementes passam por um longo processo até sua colheita. Entretanto, podemos observar que o plantio pode ser mecanizado ou manual sendo necessária uma avaliação pelos técnicos da melhor maneira de utilização do plantio nesse solo. Um dos parceiros nas condições e soluções de manuseio das sementes é feita pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), que através de pesquisadores qualificados realizam teste de laboratório que ajudam a controlar a luz e a temperatura, determinantes na germinação das sementes. A coleta e produção dessas sementes se dividem em sete passos importantes, tais como:

- I. Coleta de semente
- II. Manejo
- III. Armazenamento
- IV. Análises de qualidade

- V. Processos educativos continuados
- VI. Gestão comercial
- VII. Restauração ecológica

A coleta das sementes sendo o primeiro passo em que se é feito uma identificação e seleção dessas sementes nas áreas de coleta. Contam com o manejo apropriado e especificado por técnicos, assim como o armazenamento que deve ser propício em condições gerais e em locais estratégicos logísticos para todos os coletores. A questão da qualidade é efetuada pelo laboratório UNEMAT, um dos parceiros da rede que determinam as condições das sementes e sua qualidade, com a preocupação de levar uma melhor qualidade não apenas para os compradores, mas também para as sementes que serão usadas no reflorestamento.

O fortalecimento das condutas e influenciadores se dá através dos processos educativos continuados, para que assim essa iniciativa capture uma maior concentração de pessoas, informações e experiências para a expansão da rede. Outro aspecto de importância para a geração de renda com a comercialização da rede, acontece por uma Gestão comercial eficiente ao qual contam com uma central administrativa preparada na captação no que se deve coletar, plantar e comercializar. Evitando que se percam ou que falem sementes na oferta e demanda. Dessa forma, a sementeira direta se mostra relevante e com resultados eficientes no reflorestamento ecológico, última etapa da cadeia de produção.

Além de armazenar e comercializar as sementes, as Casas possuem técnicos responsáveis por um rigoroso controle de qualidade do que foi coletado e testes de emergência em campo são realizados antes da disponibilização das sementes para o mercado. “As sementes são avaliadas em várias etapas, do momento da coleta até a Casa de Sementes e com os testes de germinação. É fundamental garantir que as sementes utilizadas na restauração florestal possuam boa qualidade. É dessa forma que vamos conseguir cumprir a legislação e comercializá-las”, explica Guilherme Henrique Pompiano do Carmo, responsável técnico pela Associação Rede de Sementes do Xingu (YAMAOKA, 2017, n.p.).

Nessas circunstâncias, os objetivos escolhidos pela rede de realizar a continuidade no processo de formação de coletores de sementes se demonstra presente. Durante séculos, agricultores e povos indígenas utilizam a sementeira direta na plantação de espécies nativas. Este fato é extremamente mais barato e sua

relevância se dá talvez pela forma que são usadas essa estrutura na semeadura das sementes denominadas de Muvuca. “A muvuca é uma mistura de sementes nativas e adubação verde com areia que forma um insumo homogêneo propício para a formação da estrutura da floresta” (YAMAOKA, 2017).

Estamos descobrindo os benefícios que isso traz à qualidade da água, à fauna e à flora, ao clima, à produção agropecuária e à qualidade da nossa vida. A muvuca é uma mistura de sementes de diversas espécies para se plantar de uma vez só. Este guia é para ajudar a semear ecossistemas nativos por aí, a partir do exemplo de uma floresta em restauração, com árvores, arbustos, ervas e cipós. Seu projeto pode precisar de todas essas ações ou de apenas algumas (CAMPOS FILHO, s.d., n.p.).

Dessa forma, diferentes formas técnicas podem ser empregadas na restauração da floresta desmatada pelo homem. Com uma diversificação de espécies de sementes nativas ainda pouco conhecidas é possível utilizar a muvuca como maneira barata e eficiente para plantar árvores de 4 a 10 vezes por hectares e assim reflorestar. As sementes são usadas como insumo básico para a recuperação em prol do reflorestamento, e com uma extensa gama de informações e experiências se mostram determinantes na preservação e desenvolvimento da Bacia do Alto do Xingu. Mas não apenas desse aspecto correlacionado ao meio ambiente é importante pontuar, mas também a comercialização que dá poder aos coletores em interagir e ajudar a floresta.

Outro aspecto importante seja o funcionamento da rede que é bem exemplificado pela Figura 4. Dessa forma correlaciona toda atividade de forma a se ter cooperação entre todos os envolvidos e fases do projeto.

Figura 4 - Funcionamento da Rede



Fonte: ARTICULAÇÃO Xingu Araguaia. Disponível em:
 <<http://axa.org.br/projeto/rede-de-sementes-do-xingu/>>. Acesso em:
 15/06/2017.

1. O coletor elabora uma lista com as espécies e o volume de sementes que pretende entregar e encaminha ao elo, que é a pessoa responsável por receber as sementes, gerenciar o grupo e manter a comunicação do núcleo com a rede;
2. A previsão de entrega de todos os coletores é somada para saber a produção total da rede;
3. Os pedidos são divididos entre os coletores tendo como base a capacidade de produção e os pedidos realizados;
4. Os coletores entregam as sementes já beneficiadas nas casas de sementes da rede, que ficam nos municípios de Canarana, São José do Xingu, Porto Alegre do Norte e Nova Xavantina;
5. As sementes são pesadas, têm sua qualidade verificada, passam pelo teste de germinação e são armazenadas;
6. A precificação das sementes é revista todos os anos em encontros com os coletores (REDE DE SEMENTES DO XINGU, 2011, p. 6)

3.4 Principais financiadores e apoiadores da ARSX

Através da articulação para a restauração das áreas desmatadas, a rede fez cooperação com outras ONGs nacionais para a articulação do projeto que iniciou a gestão da rede, tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação de

Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA), Operação Amazônia Nativa (OPAN) e Associação Terra Viva (ATV), a Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng (AIMCI), Associação Terra Indígena Xingu (ATIX) e a FUNAI.

A articulação do projeto promovido pelo Instituto Socioambiental (ISA), que tem papel de destaque na idealização do projeto desde do começo. O ISA é uma organização ambientalista com mais de 50 anos de experiência com foco no meio ambiente, demarcação de terras indígenas, projetos ao desenvolvimento sustentável e povos indígenas. Através do projeto *Y Ikatu Xingu* (Salve a água boa do Xingu, na língua Kamaiura) que começou a iniciativa para a formulação da Associação da Rede de Sementes do Xingu (ARSX). O ISA desempenha papel crucial para a idealização do projeto e ainda do apoio de caráter de elo entre todos os envolvidos da rede.

A contribuição do ISA possibilitou para que a rede se expandisse e proporcionasse uma cooperação entre, não só povos indígenas, como pudesse inserir outros atores que vivem nas bacias do Rio Xingu. Dessa forma contribuindo para que outras pessoas se beneficiem da iniciativa de preservar seu ambiente e que ainda pudesse contribuir para a renda familiar dessas pessoas.

Na Rede de Sementes do Xingu foram identificados 37 atores sociais, abrangendo órgãos públicos, privados, ONGs, comunidades e famílias de diferentes realidades socioculturais. Esses atores atuam direta ou indiretamente na iniciativa de acordo com seus perfis, identidades e objetivos (URZEDO, 2014, p. 54).

A rede não teria começado sem o trabalho e contribuição de todos que fazem dela uma rede de transformação. A viabilização do projeto se deu através de contribuições do Fundo Amazônia que teve como gerenciador do fundo o BNDS. As doações para que o fundo continuem a apoiar essa iniciativa vieram da contribuição do Estado da Noruega e da Alemanha, sendo os principais contribuintes. Conforme exposto nos capítulos anteriores, a Noruega faz doações expressivas para as iniciativas de desenvolvimento sustentável pelo Fundo Amazônia que é captado pela rede através do ISA e contemplado pelos Projetos Estratégicos de Gestão das

Terras Indígenas das bacias do Rio Negro e Xingu em execução desde de 2016, e o projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu, em execução desde de 2014.

Cabe esclarecer que o projeto que recebe assistência mais expressiva na questão de preservação ambiental é o Projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu. O projeto apresenta apoio às populações indígenas, pequenos agricultores familiares e comunidades extrativistas da Bacia do Alto Xingu, contribuindo e viabilizando ações de desenvolvimento sustentável. Os beneficiários são a população do bioma do Amazônico. A Figura 5 mostra as parceiras e apoios do Projeto.

Figura 5 - Parceiros e Apoiadores do Projeto



Fonte: SEMENTES do Xingu. Disponível em: <<http://sementesdoxingu.org.br/site/>> Acesso em: 25/09/2017

Além disso, a rede conta com o apoio do Instituto Bacuri, da Manos Unidas, do Environmental Development Fund (EDF), da Fundação Moore, do Fundo Vale e do Fundo Amazônia, que contribuíram para o curso "Sementes Socioambientais". O projeto tem os jovens da rede que se articulam para promover os conhecimentos das mudanças climáticas e assim tornar as sementes da rede com maior qualidade e cuidado (HARARI, 2016, n.p.). Outras parcerias com a Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz (ESALQ/USP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) são feitas com a comunidade acadêmica através de um intercâmbio de experiências. Além disso, como foi exposto anteriormente, tem-se uma parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) para qualificar a qualidade das sementes.

3.5 Objetivos alcançados

Em mais de 10 anos de existência e toda uma rede com diversos envolvidos, sendo através do projeto de parceiros e apoiadores é importante demonstrar que a rede se expande ainda mais e leva a uma diversidade de políticas sociais, culturais em prol da economia. Os recursos gerados entre 2007 e 2015 podem ser observados na figura abaixo, multiplicando-se a cada ano. Outro ponto importante são os hectares de áreas restauradas por cultivos e plantio das sementes. A Figura 6 mostra o avanço da rede em toneladas de sementes coletadas, o crescimento dos coletores e a renda adquirida na comercialização das sementes.

Figura 6 - Recursos gerados e Quantidade comercializada



Fonte: SEMENTES do Xingu. **História**. Disponível em:
<http://sementesdoxingu.org.br/site/historia/>. Acesso em: 25/09/2017

CONCLUSÃO

Após a Segunda Guerra Mundial houve uma transformação tanto no que tange a uma transição de Hegemonia, como na questão de uma maior abertura para outros atores, além dos Estados, exercerem o papel de discutir e promover outras questões relevantes para a sociedade no âmbito mundial. Com a cooperação entre diferentes atores, entra em cena uma maior pluralidade de temas condizentes com a nova realidade do mundo que se transformava. Nesse contexto, se estabeleceria a cooperação com o máximo no envolvimento entre todos para a construção de amparo e soluções e para a maior quantidade de indivíduos beneficiados pelas ações.

A questão ambiental que recebe maior relevância no começo da década de 60 é impulsionada pela globalização e incentivada pela expansão tecnológica como a internet e as mídias sociais, que exercem mecanismos fundamentais para a disseminação de redes de meio ambiente e sustentabilidade, agregando informações, troca de experiências e uma constante interação entre Organizações Não Governamentais locais e mundiais, sociedades, empresas e nações. Essa nova transição das relações entre esses atores secundários evolui e se difunde por todas as esferas da estrutura do cenário internacional.

Assim, com uma maior percepção de soluções para o mundo referentes ao meio ambiente, se voltam com preocupação para a intensa atividade humana em primazia ao desenvolvimento econômico desenfreado, ao mesmo tempo em que promovem uma maior transformação aos recursos naturais do mundo e ocasionam maiores impactos ambientais importantes. No decorrer desse período, muitas iniciativas sustentáveis passam por transições e podem sofrer críticas no que se refere aos resultados práticos que acarretam, seja para os envolvidos diretamente ou de modo mais amplo, todos aqueles que podem colher benefícios dessas iniciativas.

Diante disso, com mais de dez anos de existência, a ARSX demonstra uma importante iniciativa de viabilidade para o reflorestamento e o desenvolvimento

sustentável. Os envolvidos na criação e na funcionalidade da rede exercem papel crucial num novo ordenamento de mundo e como os Estados observam esses novos atores que exercem influência para as questões de meio ambiente que ganham força no sistema internacional. Baseado nisso, ressaltando que o envolvimento da sociedade civil organizada, as ONGs, e os fundos de desenvolvimento como o Fundo Amazônia, interligados com a temática de meio ambiente, desempenham papel crucial para que toda uma nova percepção de auxílio entre os envolvidos possa realizar resultados materiais conclusivos.

Dessa forma, a cooperação entre os principais idealizadores do projeto, fornece positivamente uma maior participação de diferentes grupos sociais. Envolvendo objetivos comuns de desenvolvimento e sustentabilidade, a cooperação engloba o reflorestamento nas áreas habitadas desses grupos ao mesmo tempo em que contribui para o engajamento a causa, obtendo resultados suficientes até mesmo para os mais pessimistas, no que tange ao desenvolvimento sustentável. Além disso, a renda familiar denota um fator importante para essa sociedade que encontra no seu quintal, modos sustentáveis para manter sua subsistência, agregando outro passo importante ao projeto.

Além disso, a rede colabora para o compromisso assinado pelo Brasil com o Acordo de Paris das Nações Unidas, de reflorestar e restaurar mais de 12 milhões de hectares até 2030. Mesmo a meta sendo ousada, a rede proporciona o nascimento de outras redes e, conseqüentemente, o desenvolvimento das redes que já existem, pois o trabalho que desempenham, como de levar novas experiências e resultados para o meio ambiente e para a estrutura social da região no Xingu, assim como a maior rede de sementes dos Brasil, detém uma biodiversidade de sementes e de indivíduos engajados na iniciativa. A maioria dos coletores de sementes é de povos indígenas e que com maior interação e cooperação de outros indivíduos para a realização do projeto, traz um ponto importante de diálogos, experiências e transição nas relações entre diferentes grupos que outrora não se comunicavam, mesmo habitando o mesmo território.

Todo este trabalho já gerou uma renda de R\$ 2,5 milhões para as comunidades, o que recuperou, com o reflorestamento, mais de cinco mil hectares

de áreas degradadas na região das bacias do Xingu e Araguaia, e em outras áreas de Cerrado e Amazônia.

Diante disso, a Rede de Sementes do Xingu ganhou o Desafio Ambiental desse ano de 2017, ao contar com projetos de fortalecimento as restaurações ecológicas no território brasileiro, promovidos pelo WWF Brasil, com parceria com o *Impact Hub*, o SEBRAE e o Ministério do Meio Ambiente, disputado entre mais de 130 inscritos. A rede ganhou o prêmio por promover ações inovadoras para a produção comunitária de sementes nas bacias dos rios Xingu e Araguaia e o reflorestamento dessas áreas.

Outra iniciativa promovida de reflorestamento que conta com a rede é a parceria do Amazônia Live, projeto que promove o plantio de arvores em prol do reflorestamento, amparados pelo *Rock in Rio*, o maior evento de rock do Brasil. O projeto estabelece o plantio de sementes através da Muvuca e assim geram um maior crescimento de espécies variadas nas áreas degradadas. Além disso, passou a integrar a '*International Network for Seed-Based Restoration*', comunidade internacional que promove soluções baseadas em restauração por meio das sementes, fomentando a biodiversidade e a sustentabilidade.

Dessa forma, a rede e os demais temas como cooperação, globalização, sociedade em rede e redes transnacionais de meio ambiente contribuem para proporcionar um maior engajamento de todos os envolvidos da Rede de Sementes do Xingu e para o desenvolvimento sustentável e o reflorestamento da biodiversidade do território brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

AYLLON, B. O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v.5, n. 8, p. 5-23, jan, 2006.

Disponível em: <
http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf>
 Acesso em: 01/10/2017.

ARTICULAÇÃO Xingu Araguaia. Disponível em: <<http://axa.org.br/projeto/rede-de-sementes-do-xingu/>>.

BRASIL. Constituição (1945). Decreto Nº 19.841, de 22 de Outubro de 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 01 out. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.** Novo Código Florestal. Disponível em: <<http://saema.com.br/files/Novo%20Codigo%20Florestal.pdf>> Acesso em: 29/09/2017.

CAMPOS FILHO, E. M. **Guia da Muvuca é uma realização do Programa Xingu do Instituto Socioambiental.** Disponível em: <<http://us14.campaign-archive2.com/?u=2e9f3527128e6ed6d086fc5b4&id=64400ed51b>>. Acesso em: 25/09/ 2017.

CAMPOS, R. P. de. Novas dimensões da negociação na cooperação internacional: a experiência da ajuda externa financeira no Brasil. **Revista Cena Internacional**, v.7, n.1, p. 133-150, 2005. Disponível em: <
<http://132.248.9.34/hevila/CENAIternacional/2005/vol7/no1/6.pdf>> Acesso:
 17/08/2017.

CASTELLS, M.. O verdejar do ser: o movimento ambientalista. In. CASTELLS, M.. **O Poder da Identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 141-16

CASTELLS, M.; CARDOSO, G [orgs.]. **A Sociedade em Rede:** do Conhecimento à Política. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d.

DEGNBOL-DEGNBOL-MARTINUSSEN, J.; ENGBERG-PEDERSEN, J.; ENGBERG-PEDERSEN, P. **Aid:** Understanding International Development Cooperation. London: Zed Books, 2003. 368 p. Disponível em: <<http://kvmsrv.nl/srv-book/aid-understanding-international-development-cooperation>> Acesso em: 01/10/2017.

FEATHERSTONE, M. **Cultura global:** nacionalismo, globalização e modernidade. LIVRO. Vozes, 1999.

FREIRE, A. R. C. O Neoliberalismo e a teoria da interdependência complexa. **JurisWay:** sistema educacional online, Maio/2012. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=7410> Acesso em: 29/09/2017.

FUNDO Amazônia. **Projetos apoiados.** Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/ISA>. Acesso em: 22/02/2017.

GOVERNO da Noruega. **Klimaforliket.** 2014. Disponível em: <<https://www.regjeringen.no/no/tema/klima-ogmiljo/klima/innsiktsartikler-klima/klimaforliket/id2076645/>>. Acesso em: 23/09/2017.

GUIMARÃES, A; MOUTINHO, P. Desproteger 1 milhão de hectares na Amazônia não é bom negócio para a agricultura. **Época**, Fev/2017. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/02/desproteger-1-milhao-de-hectares-na-amazonia-nao-e-bom-negocio-para-agricultura.html>> Acesso em: 25 /09/2017.

GUIMARÃES, R. R. P. **Brasil-Noruega:** Construção de parcerias em áreas de importância estratégica. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

HAAS, M. P. Introduction: Epistemic Communities and International Policy. **International Organization**, V. 46, N. 1, 1992, p. 1-35.

HARARI, I. 10 anos de Rede de Sementes do Xingu... É só o começo. **Informativo sobre a Rede de Sementes do Xingu**, N. esp. Jul/2017. Disponível em: <http://sementesdoxingu.org.br/site/wp-content/uploads/2017/08/Boletim-Rede-de-Sementes-do-XIngu_2017.pdf>. Acesso em: 25/09/2017.

HARVEY, D. A Experiência do Espaço e do Tempo. *In*: HARVEY, D.. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2009.

HARVEY, D. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELD, D.; MCGREW, A.. Prós e contras da globalização. Rio de Janeiro: Zahar 2001.

HICKEL, J. - Aid in reverses how poor countries develop rich countries. **The Guardian**. Janeiro/2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2017/jan/14/aid-in-reverse-how-poor-countries-develop-rich-countries>> Acesso em: 01/10/2017.

HOFFMAN, M. B. **Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação**: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: E-papers-Museu Nacional, 2009.

HARARI, Isabel. '**O que vai ser do nosso mundo?**', **querem saber os jovens da Rede de Sementes do Xingu**. Instituto Socioambiental, Jun/2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-vai-ser-do-nosso-mundo-querem-saber-os-jovens-da-rede-de-sementes-do-xingu>> Acesso em: 23/09/2016.

JACKSON, R.; SØRENSEN, G.. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KEOHANE R. O.; NYE JR, J. S. Power and Interdependence. **International Organization**. V. 41, N. 4 (autumn, 1987).

KEOHANE, R. COOPERATION AND INTERNATIONAL REGIMES. *In: After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy* (pp. 49-64). Princeton: University Press, 1984. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/j.ctt7sq9s.7>> Acesso em: 01/10/2017

MEADOWS, D.; MEADOWS, D. Os limites do crescimento. 1972. Disponível em :<<http://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/clube-roma-relatorio-limites-crescimento-1972/>>. Acesso em: 01/10/2017.

MILANI, C. R. S. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017. 224 p.

MINGST, K. **Princípios de relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MINISTÉRIO de Negócios Estrangeiros da Noruega. **Diretrizes para a atuação norueguesa destinada a fortalecer o apoio aos povos indígenas no âmbito da cooperação ao desenvolvimento**: Uma abordagem baseada em direitos. 2004. 26 p. Disponível em:<<http://www.norad.no/en/Tools+and+publications/Publications/Publication+Page?key=109564>>. Acesso: 23/09/2017.

NADER, Lucia. O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU. **Sur, Revista internacional de direitos humanos**. São Paulo, v. 4, n. 7, p. 6-25, 2007.

NOBRE, A. D. O Futuro Climático da Amazônia, Relatório de Avaliação Científica. São José dos Campos, 2014. 42p. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/o_futuro_climatico_da_amazonia-versao_final_para_lima.pdf> Acesso em: 23/09/2017.

NYE JR., J. S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

ONU Brasil-Ecosoc. **Conselho econômico social**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/ecosoc/>>. Acesso em: 01/10/2017

PORTAL São Francisco. **Plano Marshall**. 2017. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/plano-marshall>>. Acesso em 02/10/2017.

REDE de Sementes do Xingu. **Entenda como a Rede Funciona**. Disponível em: <www.sementesdoxingu.org.br/comofunciona/#infografico> Acesso em: 25/09/2017.

REDE de Sementes do Xingu. Uma economia participativa que nasce da floresta. 8 p. **Boletim Rede de Sementes do Xingu**, Maio/2011. Disponível em: <<http://sementesdoxingu.org.br/site/wp-content/uploads/2012/11/boletim-rede.pdf>>.

Acesso em: 25/09/2017.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001, 176p.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. São Paulo: Vozes, 2000.

SANTOS, B. de S.. Os processos da globalização. **Revista Crítica de Ciências Sociais Eurozine**. Ago/2002. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/os-processos-da-globalizacao/>> Acesso em: 29/09/2017

SCHERER-WARREN. I. **ONGs**: Os Novos Atores da “Aldeia Global. XX Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, Out/96. GT01 Cidadania, conflito e transformações urbanas. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/20-encontro-anual-da-anpocs/gt-19/gt01-11/5332-ilseschererwarren-ongs/file>>. Acesso em :14/10/2017

SEITENFUS, R. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre–RS: Livraria do Advogado, 2003.

SEITENFUS, R. **Relações internacionais**. São Paulo: Manole, 2013.

SEMENTES do Xingu. Disponível em: <<http://sementesdoxingu.org.br/site/>> Acesso em 25/09/2017.

SEMENTES do Xingu. **Como funciona**. Disponível em: <<http://www.sementesdoxingu.org.br/como-funciona/>> Acesso em: 25/09/2017.

SEMENTES do Xingu. **História**. Disponível em: <<http://sementesdoxingu.org.br/site/historia/>>. Acesso em: 25/09/2017

SMITH, A. **Riqueza das Nações**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

SOUZA, A. de M. e [org.]. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014.

TOMESANI, A. M. Cooperação Internacional, Desenvolvimento Ultramar, Assistência Estrangeira: breve revisão histórica e bibliográfica sobre a ajuda externa oficial. **Revista Carta Internacional**. Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017, p. 73-100

URZEDO, D. I. de. **Trilhando recomeços**: A socioeconômica da produção de sementes florestais do Alto Xingu na Amazônia brasileira. 2014. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-11112014-095410/pt-br.php>> Acesso em: 23/09/2017

VIOTTI, P.R; KAUPPI, M. V. **International Relations Theory**: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond, 5th edn. Boston, MA: Longman, 2012.

YAMAOKA, Marina. **Semear o futuro na bacia do Xingu**. Instituto Socioambiental. Medium. Jun/2017. Disponível em: <<https://medium.com/@socioambiental/semear-o-futuro-na-bacia-do-xingu-9db539082e84>>. Acesso em: 25/09/2017.